

ATA DA 060ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2015  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Nícolas Reis - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente em exercício, deputado Leonel Pavan, srs. deputados, sras. deputadas e comunidade catarinense, este plenário viveu, ontem, um dia inédito na história de Santa Catarina. Estou no meu quinto mandato e pela primeira vez vi os representantes dos hospitais filantrópicos em peso presentes nesta Casa, enchendo as galerias. Vieram aqui reivindicar e mostrar ao governo, aos deputados e a esta Casa as dificuldades que estão enfrentando.

Os hospitais filantrópicos, que são em número de 182 no estado, mantêm o atendimento, principalmente no interior. E mais: 70% desse atendimento é feito através do SUS. Portanto, são os hospitais filantrópicos que atendem a comunidade mais carente, aquelas pessoas que não têm para onde ir, e que realizam, na sua excelência, a Medicina.

Estiveram aqui presentes o presidente da federação e os presidentes das entidades filantrópicas, entidades essas que representam a grande parcela do atendimento à saúde realizado no estado de Santa Catarina.

Encheu-nos de alegria ver os deputados querendo ajudar as entidades filantrópicas. E foram várias as maneiras com que apresentaram ao governo estadual e ao governo federal os pedidos de ajuda às entidades filantrópicas. Mas, necessariamente, as entidades necessitam de um aporte financeiro efetivo para a continuidade do seu trabalho. As portas começaram a fechar, dois hospitais filantrópicos já fecharam as suas portas. Esse é o início de uma debandada dos hospitais filantrópicos no atendimento à população.

Como já disse no início do meu pronunciamento, são esses hospitais que fazem o atendimento às pessoas mais carentes. As pessoas que têm planos de saúde e um poder aquisitivo maior dirigem-se a outras entidades médicas de maior suporte financeiro para serem atendidas, mas as pessoas mais carentes são atendidas através dos hospitais filantrópicos.

Eu e os deputados Dalmo Claro, Serafim Venzon, Fernando Coruja e Dr. Vicente Caropreso formamos um grupo de cinco médicos que se importam com a saúde em primeiro lugar e de maneira institucional. Hoje pela manhã, em uma importante reunião no gabinete do deputado Fernando Coruja, estivemos reunidos com o presidente da Associação dos Vereadores do Estado de Santa Catarina, com uma centena de vereadores que lá compareceram e com presidentes de Câmaras de Vereadores para tratar sobre a PEC da Saúde da

Assembleia Legislativa, que faz com que o orçamento obrigatório da saúde, que é de 12% ao ano, seja aumentado para 15%. Mas isso tem que ser feito de maneira institucional, isto é, primeiro é preciso que tenha a assinatura de mais de 150 presidentes de Câmaras de Vereadores para que essa importante emenda constitucional possa ser encaminhada de maneira legal ao Congresso Nacional. Isto é inédito no Brasil: esta Casa, pela primeira vez, apresenta essa emenda constitucional para que o governo federal faça também a sua parte e colabore, hoje, com os 12% constitucionais que devem ser repassados para a Saúde.

Temos certeza, sr. presidente, deputado Leonel Pavan, de que a Saúde precisa, sim, do nosso apoio. E nós, como deputados estaduais, apresentamos a PEC nesta Assembleia Legislativa no sentido de que as sobras do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas sejam doadas exclusivamente aos hospitais filantrópicos.

Essa PEC está tramitando nesta Casa e temos certeza de que vamos aprová-la. Somente para terem uma ideia, devo dizer que nos últimos dois anos um repasse de mais de R\$ 180 milhões foram devolvidos pelo Poder Judiciário, Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas. Enfim, temos certeza de que essa é uma das maneiras de ajudar os hospitais filantrópicos.

Existem outras maneiras e vamos buscá-las. Precisamos aumentar a contribuição do governo estadual para os hospitais filantrópicos. O governo federal também tem que dar a sua contribuição, sendo que as prefeituras já fazem isso. Há prefeituras que já colaboram, sendo que mais de 37% do seu orçamento são investidos na Saúde - e essa é uma maneira diferenciada. E quero aqui parabenizar o prefeito de Joinville, que investe 37% na Saúde. Parabéns ao prefeito Udo Döhler! E outras prefeituras chegam a 39%.

Então, as prefeituras estão carregando esse ônus pesado da Saúde. E digo mais: muitas vezes as obras da Saúde são feitas nos municípios, mas fazer e entregar uma obra da Saúde não é o mais

importante. O mais importante, e daí sobra para os prefeitos, é dar continuidade e manutenção a essas obras e programas instalados nos municípios. Com relação ao Programa de Hipertensão Arterial e Diabetes, o governo federal deveria dar aporte de medicamentos, mas não o faz na sua totalidade. É preciso que haja mais responsabilidade com a Saúde! A nossa saúde é o grande bem que temos, e somente sentimos falta dela quando a perdemos. Temos, sim, que valorizá-la!

Nesse sentido, pedimos à comissão de Constituição e Justiça que encaminhe a nossa PEC ao presidente desta Casa para ser votada ainda hoje, se for possível.

Era isto o que eu tinha a dizer, sr. presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Leonel Pavan, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, uso a tribuna, hoje, para fazer o meu pronunciamento justamente em cima da medida provisória que trata do refinanciamento das dívidas dos clubes de futebol.

Deputados Fernando Coruja e Kennedy Nunes, o Brasil vive um dos piores momentos dos últimos anos. Todos os dias, deparamo-nos com alguém buscando algum conselho ou algum tipo de ajuda para poder sobreviver tendo em vista as dificuldades que o governo federal criou para as pequenas, médias e microempresas, e também para os empregados.

No entanto, vejo que existem, por parte do Congresso e do próprio governo, medidas totalmente contrárias ao que a sociedade vive hoje. Quando me refiro ao Congresso, incluo todos aqueles que votaram favoráveis a essa medida provisória do refinanciamento das dívidas dos clubes de futebol. Parece-me que apenas um deputado votou contra.

O que queremos dizer aqui é o seguinte: todos temos um time de futebol e torcemos por ele. Mas também podemos dizer que a grande maioria dos

brasileiros não tem time e que o time deles é a família, o bem-estar, a convivência e poder construir algo que dê sustentação aos seus filhos, à sua futura geração.

Ora, aprovaram uma lei que trata do refinanciamento das dívidas dos clubes de futebol com o governo federal, estimadas em R\$ 4 bilhões, em até 240 meses. E tem mais: a medida provisória reduziu 70% das multas, 40% dos juros e 100% dos encargos legais das dívidas dos clubes. Por que não fazem isso com as micro e pequenas empresas?

Ora, todos sabemos que existe uma máfia por trás de alguns clubes de futebol! São técnicos ganhando R\$ 500 milhões, R\$ 600 milhões, R\$ 700 milhões, R\$ 800 milhões! São jogadores de futebol afrontando a sociedade ao ganharem mais de R\$ 1 milhão, R\$ 2 milhões por mês!

Nada contra, pois são craques que têm o dom de jogar bola, mas é uma afronta à sociedade, pois estamos vendo empresas falindo, microempresas fechando as portas, e, ao mesmo tempo, gastam bilhões com a construção de estádios de futebol, muitos ficando lá jogados, sem saber em que serem usados! E há times de futebol que sabemos lá de que forma vendem os jogadores. Usam, muitas vezes, da sua habilidade, da sua técnica, da sua capacidade e vendem por milhões de reais, sonogando o Imposto de Renda, sonogando impostos. E, isso de repente, sem mais nem menos, como se eles fossem os melhores do mundo.

Eu sou torcedor de um time de futebol, tenho o meu time do coração, mas não é possível que os dirigentes que administram mal - nenhum deles sai pobre - saiam sem punição, deixem endividados os clubes e depois as torcidas dos times "a", "b", "c", lá no plenário, resolvam a bel-prazer isentar os clubes dos impostos, das multas, reduzir os juros e até parcelar dívidas já sonogadas apenas para agradá-los! "Ah, mas se não fizer isso os clubes vão fechar!" E quantas empresas estão fechando hoje? Todos os dias elas fecham! Se percorrerem as cidades, verão que há salas para alugar, lojas fechando, pessoas desempregadas, demitidas todos os dias! E por que não socorrem

empresas que têm funcionários que precisam trabalhar para sustentar as suas famílias?

Repito: dizem que apenas um deputado votou contra! Quero saudar esse deputado!

Este é um debate que precisa ser aprofundado! Nada contra os clubes de futebol, mas não entendo por que correm bilhões e bilhões de reais! São todas empresas privadas! E mais: a Caixa Econômica Federal, que é um banco público, paga propaganda nas camisas, nos estádios! Da mesma forma o Banco do Brasil e a Petrobras. E, de repente, esses mesmos clubes de futebol, sejam quais forem, acabam sendo isentados. "Ah, mas se não tiver, vão fechar as portas." Pois que fechem, pois foram mal administrados! Estão sendo fechadas outras empresas em todo o Brasil que sofreram e lutaram!

Esses, muitas vezes, não estão nem aí! Se ganhou, ganhou, se perdeu, perdeu. Promovem dois, três atletas, vendem por milhões aqui e depois, por trilhões lá. Sabe-se lá como é feita essa negociação!

O que não entendemos, deputado Kennedy Nunes, é que aqueles que são patrocinados por milhões e milhões de reais e por órgãos públicos têm um benefício, e não é dado o mesmo benefício às empresas brasileiras.

Fica aqui essa minha discórdia com relação a essa lei que foi aprovada. E vejam que apenas um deputado votou contra. Mas não dá! Eu não sei como é que a população aceita isso calada ao ver que, enquanto isso, empresas estão fechando as portas, não conseguem refinarçar uma dívida, não conseguem tirar um documento para escriturar um imóvel porque têm uma dívida na Receita e têm que pagar! Mas para um time de futebol são diminuídos 40% dos juros, 70% da dívida e ainda refinarçaram o que sobrou em mais 240 meses.

Isso é lamentável! Eu tenho coragem de dizer isso porque tenho o meu time do coração, mas não compactuo com benefícios dessa natureza, em detrimento daqueles que geram empregos todos os dias, que são as micro, pequenas e grandes empresas do nosso país, e que passam por um dos momentos mais críticos da sua história. E lá estão

todos os partidos políticos, os parlamentares, e espero que isso não seja compactuado por nenhum outro governo.

Sabem qual será a punição? Se não pagarem, serão rebaixados. Ah, que punição, somente rindo mesmo! A punição deveria ser a mesma que, infelizmente, é dada a milhares e trilhares de empresas do nosso país.

Quero aqui também dizer que o senador José Serra encaminhou no Senado Federal, e foi aprovada, a mudança no Estatuto da Criança e do Adolescente, com o aumento de oito para dez anos o período de internação de menores de 18 anos flagrados cometendo crimes. O projeto de lei de autoria do senador José Serra foi aprovado por 43 votos a 13. O texto prevê ainda alteração no Código Penal para agravar em até cinco anos a pena do adulto que praticar crime acompanhado de um menor de 18 anos, ou que induzir o adolescente ou a criança a cometê-los. Em caso de crime hediondo, a punição ao adulto pode ser dobrada.

Essa matéria agora seguirá para votação na Câmara Federal. Já que o Congresso não fez a reforma que deveria fazer, não teve coragem de erguer esta bandeira... Essa mudança ainda não é tudo aquilo que esperamos e queremos, mas já começa a criar mais rigor na lei para aqueles que cometem crimes, menores de 15, 16, 17 anos que se aproveitam da sua idade para se beneficiar da Lei da Criança e do Adolescente e praticarem crimes.

Pelo menos essa lei do senador José Serra dá um pouco mais de rigor e, certamente, deverá diminuir um pouco a liberdade desses criminosos. É preciso haver uma lei mais rigorosa para conter esses bandidos que ficam livremente protegidos pela própria lei.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Cesar Valduga, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, venho a esta tribuna para, primeiramente, solidarizar-me com a

grande região do oeste de Santa Catarina que, por motivo de enchentes, vem sofrendo nos últimos anos não apenas com os tornados, mas agora com as fortes chuvas que vêm acontecendo.

Em Chapecó, no bairro São Pedro, as galerias do rio cederam alagando bairros como: Universitário, Passo dos Fortes, Quedas do Palmital. Foram alagados também os municípios de: Concórdia, Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro. Enfim, muitas cidades do nosso estado, principalmente, deputados Neodi Saretta e Dirceu Dresch, no grande oeste de Santa Catarina, foram atingidas.

Vejo que, neste momento, é preciso não apenas solidariedade, mas que ações realmente efetivas venham a acontecer, como já estão acontecendo, e que se intensifiquem cada vez mais as ações dos órgãos governamentais. A população chapecoense vem-se mobilizando, ajudando de uma forma ou de outra aquela população atingida pelas fortes chuvas que vêm acontecendo no nosso estado e, principalmente, no oeste de Santa Catarina.

Daí a importância de um projeto que temos - e esperamos ainda a liberação dos recursos do PAC - sobre a questão da construção de galerias, porque existem, em Chapecó, vários riachos que cortam a nossa cidade, e quando há essas fortes chuvas, a cidade acaba sendo alagada e o povo fica bastante prejudicado.

Ao mesmo tempo, sr. presidente, gostaríamos também de dizer que estamos nos licenciando por 60 dias, a partir de amanhã, dando uma oportunidade ao nosso suplente de deputado estadual, Jean Leutprecht, de Jaraguá do Sul, que também fez parte do nosso projeto. Ele é um grande guerreiro, um lutador que também vai ter a oportunidade, nesta Casa, de defender as suas bandeiras, e que o fez durante o pleito eleitoral.

Então, nesse sentido, gostaria de comunicar aos deputados e também à população catarinense que, por 60 dias, através de uma licença sem remuneração, por questões particulares, estarei afastado, dando a oportunidade para aquele que contribuiu com o nosso projeto.

O Sr. Deputado Níkolás Reis - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Pois não!

O Sr. Deputado Níkolás Reis - Deputado, não poderia deixar de me manifestar e cumprimentar v.exa. Eu estou aqui há pouco mais de 15 dias, também por conta de uma licença do deputado Rodrigo Minotto, e a quem sou eternamente grato por ter tido a maturidade de compreender a importância de permitir que suplentes que participaram desse projeto possam coroar o resultado da eleição que, para alguns, pode ter sido considerada uma derrota, mas que sempre considero uma vitória porque o conjunto dos votos sempre nos reveste de uma responsabilidade muito grande.

Tenho certeza de que o suplente de Jaraguá do Sul, e que eu conheço, vai dar continuidade ao trabalho de v.exa.

Quero dizer, na figura do deputado Rodrigo Minotto e de v.exa., que a mesma coligação de v.exa., e da qual fiz parte, teve essa maturidade de permitir que os suplentes pudessem estar aqui apresentando as suas proposições e trazendo as questões das suas cidades. E muito especialmente o suplente de deputado Jean Leutprecht, que vem de Jaraguá do Sul, uma cidade que, como a minha, ficou órfã de deputados estaduais com domicílio eleitoral lá. Tenho certeza de que o povo de Jaraguá do Sul, assim como os eleitores do suplente que assumirá, será sempre grato a v.exa. Parabéns!

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Obrigado, deputado! E daí a importância de que aqueles que também compõem o projeto tenham essa oportunidade. E, principalmente, suplentes como v.exa. e o deputado Jean Leutprecht, que, acima de tudo, detêm uma grande energia e também o sentimento público que vem para somar e engrandecer o estado de Santa Catarina.

Portanto, acho que essas iniciativas, em que representantes de diversas regiões deste estado têm essa oportunidade, são louváveis diante da

conjuntura atual e da importância da representatividade.

Amanhã, então, o deputado Jean Leutprecht assumirá o meu lugar, por 60 dias, e fará um bom trabalho, lutará pela sua região e apresentará os seus projetos.

Queremos também, além de ter falado sobre a questão das fortes enxurradas e cheias que estão ocorrendo no grande oeste de Santa Catarina, dizer que estivemos, há poucos dias, no ministério da Ciência e Tecnologia, pois estamos lutando para que na grande região do oeste de Santa Catarina seja instalado um radar meteorológico. Em questão de 100 dias, houve dois tornados, sendo que a região de Xanxerê foi destruída em 30% e em Chapecó a comunidade de Faxinal dos Rosas ficou completamente destruída.

Enfim, estamos nessa luta no sentido de que esses recursos não entrem no contingenciamento do governo federal e que o radar meteorológico seja comprado o mais rapidamente possível para que possa colaborar no sentido de avisar, de forma antecipada, quando virão esses tornados.

É claro que isso não é tudo e que medidas preventivas e educativas têm que acontecer também nas escolas. Tivemos um exemplo em Xanxerê, onde um professor socorreu as crianças, levando-as para baixo de uma arquibancada num ginásio. Se o professor não estivesse atento e preparado, poderíamos ter perdido vinte e poucas vidas.

Então, medidas como essas são necessárias e, sem dúvida nenhuma, o grande oeste precisa desse equipamento. Sabemos que há um equipamento num município bem próximo, mas está estragado, e lá no oeste precisamos do equipamento com urgência.

Estamos fazendo esse movimento junto ao ministério da Ciência e Tecnologia para que esse equipamento seja comprado a fim de que possa colaborar nessas questões preventivas e para que as pessoas, diante de uma situação como essa, venham a tomar providências antes que uma catástrofe possa acontecer. No caso de Xanxerê, com 30% da cidade destruída, poucas vidas foram

ceifadas. E lamentamos por essas vidas ceifadas, mas a catástrofe poderia ter sido muito pior.

Então, quero deixar o meu abraço e desejar sucesso ao suplente de deputado estadual que amanhã assumirá uma cadeira neste Parlamento. Ele, com certeza, irá honrar e orgulhar o povo catarinense e, principalmente, esta Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, deputado Leonel Pavan, srs. deputados e sras. deputadas aqui presentes, de forma muito carinhosa, quero cumprimentar os nobres catarinenses que acompanham pela TVAL e Rádio Alesc Digital a sessão na tarde de hoje.

Primeiramente, faço um registro muito especial. Hoje, 15 de julho, deputado Silvio Dreveck, é considerado mundialmente o Dia dos Homens. E já que não nenhuma mulher ocupou a tribuna para homenagear os homens, nós mesmos estamos prestando essa homenagem. No dia 8 de março todo mundo vai à tribuna para homenagear as mulheres e estou reclamando que a bancada do batom não homenageou os homens. Eu diria que isso é uma barbaridade e uma discriminação!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Eu fiquei surpresa porque achei que nós, mulheres, tínhamos apenas um dia em nossa homenagem. E agora descobro que os homens também têm um dia em que são homenageados.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Este dia é hoje, deputada Luciane Carminatti!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Eu imaginava, deputada Dirce Heiderscheidt, que tínhamos o dia 8 de março e eles todos os outros

dias do ano. Agora fui surpreendida e vi que estamos iguais. É tudo igual agora! É um a um aqui, como é esta Assembleia, 50 a 50, 20 homens e 20 mulheres. Mas, mesmo assim, parabéns!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Concordo com v.exa. que o Dia dos Homens não é apenas hoje, mas é quase todo quinto dia útil do mês, pois daí somos lembrados.

A Sra. Deputada Dirce Heiderscheidt - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

A Sra. Deputada Dirce Heiderscheidt - Deputado Kennedy Nunes, em nome da bancada feminina, queremos homenagear todos os homens na data de hoje. Parabéns a todos!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, deputada Dirce Heiderscheidt! Agora, sim, eu me senti homenageado.

Eu quero fazer esse registro muito especial porque é assim mesmo, passa batido. Mas hoje, mundialmente, é considerado o Dia do Homem e por isso quero fazer aqui a minha referência muito especial.

Num segundo momento do meu pronunciamento, em rápidas palavras, já que o deputado Marício Eskudlark irá usar também a tribuna, quero dizer que, das 28 audiências públicas do Orçamento Regionalizado, apenas não participei de duas. Mas gostaria de dizer como é importante esse momento em que a Assembleia Legislativa vai às regiões conversar com as lideranças.

Eu, por determinação do presidente da comissão de Finanças e Tributação, deputado Marcos Vieira, tive a missão de presidir a segunda rodada que começou em Itajaí, terra do deputado Níkolás Reis, na segunda-feira. Depois fomos para Gaspar e terminamos em Blumenau. Também subimos para o médio e alto vale. Em seguida, estivemos em Curitiba e depois fomos para a belíssima terra do deputado Antônio Aguiar, Canoinhas, onde ele nos recebeu na sua casa com um churrasco muito bom - e quero aqui agradecer-lo. Depois fomos para Jaraguá do Sul e, posteriormente, estivemos em Joinville, terminando aqui.

Nessa semana da segunda rodada, sr. presidente, falamos com 1.117 lideranças, deputado Neodi Saretta, de 102 municípios. Isso é muito importante! E quando vemos esses levantamentos, percebemos que há uma unanimidade da necessidade de infraestrutura.

Pensávamos, deputado Dalmo Claro, que essa questão do asfalto era apenas uma questão municipal. Em todas as cidades, todos querem o asfalto, mas quando rodamos as regiões vemos que o asfalto também é uma questão estadual, pois uma estrada antiga, quando é asfaltada, vai beneficiar o escoamento da produção, encurtar distâncias em que, muitas vezes, faz-se um balão muito grande.

Agradeço, em nome de todos os funcionários desta Casa e dos deputados, a presença de todos os vereadores, prefeitos, vice-prefeitos, lideranças, representantes de organizações civis que prestigiaram as audiências do Orçamento Regionalizado, com o nosso comprometimento de garantir as 12 propostas que foram escolhidas pelo PPA e as três da LOA.

Gostaria de fazer um registro especial ao querido deputado Aldo Schneider, que também nos recebeu na sua terra com um belíssimo churrasco e eisbein.

Mas gostaria de dizer que a audiência em Ituporanga foi muito positiva. A de Ituporanga foi igual a de São Lourenço do Oeste - o pessoal de Quilombo foi para a audiência regionalizada de São Lourenço do Oeste em três ônibus, deputado Ricardo Guidi. Lá em Ituporanga, o prefeito de Petrolândia chegou com um ônibus lotado e na votação das prioridades ele levou tudo! Aí vieram reclamar, dizendo que Ituporanga é maior, é a sede. Eu respondi dizendo que na próxima audiência do Orçamento Regionalizado eles deveriam trazer um ônibus lotado também!

Da mesma maneira ocorreu em São Lourenço do Oeste, sendo que todas as prioridades foram para Quilombo porque o prefeito se organizou, trouxe três ônibus lotados e as prioridades ficaram para quem tinha mais votos.

Ou seja, a partir de agora estamos vivendo um novo momento da cultura de formação de um Orçamento, deputado Manoel Mota. Antigamente isso era feito entre quatro paredes, aqui em Florianópolis. O deputado Carlito Merss instituiu o Orçamento Regionalizado, na década de 90, e agora, como está-se tornando impositivo, falta apenas regulamentar a lei, as prefeituras estão vendo a importância dessas audiências públicas.

Para finalizar, e estou falando de duas audiências que foram extraordinárias, quero falar de uma que foi vergonhosa. E onde foi a audiência vergonhosa, deputado Mario Marcondes? Na minha cidade, Joinville. Os deputados Dalmo Claro, Darci de Matos, Dr. Vicente Caropreso, Antônio Aguiar e Silvio Dreveck estavam lá. Vergonha por quê? Porque a prefeitura e as lideranças de Joinville não deram a mínima! Somente o prefeito de São João do Itaperiú compareceu à audiência. Isto é uma vergonha!

Aquela foi a menor audiência até hoje, das 26 que participei. Isso é uma vergonha, pela falta de visão em ver que é a partir do Orçamento Regionalizado que as coisas vão começar a ser feitas! Não é por ser amigo do governador, não é por ter essa ou aquela força. As garantias são colocadas lá!

E daí, se forem ver as prioridades, deputado Dalmo Claro, saberão que a prioridade de Joinville é a construção de um presídio para mulheres. Realizamos uma audiência pública em Joinville, onde eles têm a possibilidade de se reunir para pedir coisas, e pedem a construção de um presídio para mulheres. Isto é uma vergonha! E falo isto com muita tranquilidade e autoridade, porque sou de Joinville e estava presente! Das 28 audiências realizadas, participei de 26 e posso dizer que em nenhum outro lugar foi tão vergonhoso como na minha terra, Joinville!

Deixo aqui o meu protesto, principalmente para a prefeitura de Joinville, que ignorou e fez como se nada estivesse acontecendo. E depois vem o prefeito reclamar que o governo não está dando recursos! Pensei que era apenas incompetência nos

projetos, mas foi incompetência também de entender que no PPA, que vale de 1º de fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2019, portando são quatro anos, colocaram como prioridade para a cidade de Joinville a construção de um presídio para mulheres.

Deputado Maurício Eskudlark, como vou dividir o tempo com v.exa., pode assomar à tribuna porque senão vou falar besteira, pois fico louco com isso!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Ainda dentro do horário do PSD, com a palavra o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero agradecer ao deputado Kennedy Nunes.

Aproveito para registrar a presença do secretário da Saúde de Dona Emma, Glaucio Bachmann; do vereador Igomar Lieck, o Mali, nosso amigo; do sr. Nilton Brunner, do Conselho Tutelar; do Edenilson Engel e Daniel da Cruz, de Três Barras; e do vereador de Campo Erê, Adir Krefta, o Chiquinho. Sejam todos bem-vindos!

Hoje já foi abordada nesta tribuna, deputada Dirce Heiderscheidt, a questão da chuva que está atingindo o nosso estado e que nos preocupa muito.

Também ocorreu, hoje, a inauguração da ponte de Laguna, uma obra muito importante para o estado, e é preciso reconhecer isso. O deputado Manoel Mota e todos os deputados do sul lutaram muito pela duplicação da BR-101 e pela construção da ponte de Laguna. O deputado Ricardo Guidi também tem uma história de luta por essas obras e temos que reconhecer a importância delas.

Mas as obras federais em Santa Catarina estão devagar. Há o problema da BR-470 e da BR-280, e o que me preocupa muito também, deputado Dirceu Dresch, são as obras das rodovias estaduais. A rodovia de Abelardo Luz até Rincão Torcido, no Paraná, precisa de recuperação, e isso tem que ser urgente.

Mas vamos precisar muito da boa vontade e do dinamismo da direção do DNIT em Santa Catarina, devido à situação das rodovias federais no oeste catarinense. Deputado Mauro de Nadal - e v. exa. utiliza toda a semana a BR-158 -, a BR-282, a BR-158 e a BR-163 estão em situação de calamidade. Já estavam antes dessa chuva, e agora vamos precisar de atenção tanto nas rodovias estaduais como também, principalmente, nas rodovias federais. Trechos longos, por onde transportam a nossa economia, a nossa produção de carne e de suíno de todo o oeste catarinense, estão intransitáveis e o DNIT tem que dar uma resposta. Não sei se o deputado Mauro de Nadal ou outros deputados têm procurado contato com o DNIT, mas confesso que não consegui contato e não temos respostas. Recebi apenas uma ligação telefônica, após a exibição de um vídeo mostrando a situação da rodovia.

Então, precisamos, sim, que o governo federal adote uma postura. A situação é crítica e de emergência. Assim como a Defesa Civil do estado está adotando uma postura, esperamos que o Deinfra, logo após esse período de chuvas, adote também uma postura para as rodovias estaduais. Mas a situação das rodovias federais catarinenses é inaceitável! Existem trechos que estão duplicados e há manutenção, pois há cobrança do pedágio. Mas fora do pedágio infelizmente a situação é catastrófica!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero apenas comunicar que os membros da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, atendendo o nosso pedido, fariam uma audiência pública amanhã à tarde, no município de Pinhalzinho, para tratar sobre a BR-282. Mas foi preciso transferir essa agenda por motivo de excesso de chuvas em

muitos municípios, havendo dificuldade, inclusive, de deslocamento na região.

Por isso, essa audiência pública foi transferida.

Também quero registrar a presença da caravana de Jacinto Machado, acompanhada do prefeito Antonio João de Fáveri e das princesas. Eles trouxeram o convite da Festa da Banana e do Arroz, a Banarroz, que vai acontecer no município do dia 6 ao dia 9 de agosto.

Então, gostaria de cumprimentar o prefeito Antonio João de Fáveri e toda a sua equipe. Sejam todos bem-vindos a esta Casa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao Bloco Social Progressista - PP e PSDB.

Com a palavra o deputado Leonel Pavan, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente e demais parlamentares, no tempo destinado ao partido, gostaria de dizer que o dr. André Silveira, que foi meu secretário de Segurança de Santa Catarina, um homem capaz, técnico, sem questão partidária, que trabalhou como ninguém em defesa da segurança do estado, fez um comunicado agora dizendo que um dos helicópteros que compramos - porque os três helicópteros que o estado de Santa Catarina tem foram comprados por mim, quando era governador de Santa Catarina - está agora em Chapecó, na região afetada por essa enchente, e ajudou no salvamento de uma família inteira que estava em cima de uma árvore, dentro de um rio. Todas as redes sociais estão mostrando essa imagem desesperadora de quem precisa de socorro.

Então, aquele helicóptero da Polícia Civil, o único helicóptero à disposição no momento fora do alcance meteorológico e que foi adquirido por nós, está fazendo lá o salvamento.

Eu faço este registro para dizer o quanto foi importante o estado adquirir aeronaves. O único avião que foi comprado nos últimos anos foi aquele

para transporte de órgãos e as três aeronaves à disposição da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Essas aeronaves já estão, graças a Deus, sendo muito úteis em defesa dos cidadãos catarinense, nesse momento muito difícil.

Sras. deputadas e srs. deputados, por diversas vezes, usei esta tribuna cobrando do governo a construção do Centro de Eventos de Balneário Camboriú. Ficou até chato no começo, pois quase todos os dias eu cobrava dizendo: água mole em pedra dura, tanto bate até que fura.

Eu mantive muito contato com a sociedade, principalmente com Hélio Dagnoni, um empresário da cidade de Balneário Camboriú e lutador incansável, assim como também com inúmeros outros integrantes da sociedade de Balneário Camboriú, como o prefeito, os vereadores, reivindicando a construção. Mas aqui nesta Casa ficamos constantemente cobrando.

Chegou um certo momento em que deu tudo certo e viemos aqui aplaudir porque entraram em consenso: alguns milhões do governo federal, outros milhões do governo estadual e outros milhões do governo municipal. Resultado: foi definido, no apagar das luzes, que seria lançado o edital para fazer a licitação da empresa que iria construir o Centro de Eventos de Balneário Camboriú.

Eu vim à tribuna cobrar do secretário de Turismo do governo de Santa Catarina que ele tivesse cuidado para não deixar passar a data: tome cuidado, porque se passar o prazo vamos perder o dinheiro federal! Felizmente, no apagar das luzes, ele lançou o edital e foi feita a licitação.

Em Balneário Camboriú, o governo municipal cumpriu com a sua parte e fez o lançamento, inclusive destinando os recursos que lhe cabiam para a construção. Mas, infelizmente - e não sei se o edital foi malfeito ou se as empresas que se inscreveram não estavam aptas a participar -, uma empresa que se sentiu prejudicada e não pôde participar apelou ao Judiciário, que pediu que abrissem as cartas e fosse escolhido o vencedor. O

que aconteceu? E estou fazendo aqui um comentário daquilo que temos conhecimento. O governo do estado, através da secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, cancelou a licitação!

Ora, se isso realmente for verdade e acontecer, vai acabar na Justiça e demorar alguns meses até que se decida qual a empresa vencedora para a construção do Centro de Eventos.

Eu quero fazer um apelo ao secretário de Turismo, Cultura e Esporte e ao governo de Santa Catarina para que não deixem essa questão cair no Judiciário. Se puder, resolvam administrativamente! Balneário Camboriú é a capital do turismo de Santa Catarina! Há um terreno enorme, que é do estado, da Santur, uma companhia mista! Já foi feita a parceira por parte do governo do estado, governo federal e governo municipal! Se deixarem a decisão desse processo andar pelo Poder Judiciário, dificilmente iremos ter o início dessa obra nos próximos meses.

Este apelo que estou fazendo ao governo é o mesmo que muitos empresários estão fazendo. Recebi uma ligação, repito, de Hélio Dagnoni dizendo que vai colocar uma faixa, vai ajudar a trancar as ruas, vai para a BR e vai ao governo mostrar a sua indignação. Ele tem razão, porque são anos e anos de luta e discussões para saber quem deve fazer aquela obra: Balneário Camboriú, o estado ou quem quer que seja. Agora se achou o caminho, agora se acertou tudo!

Estivemos com o secretário Nelson Antônio Serpa, juntamente com vários empresários de Balneário Camboriú, e ele garantiu, e quero dizer que realmente aconteceu o que falou, que seria lançado o edital e feita a licitação. Mas agora estamos embretados porque aquilo que estamos vendo mostra que dificilmente essa obra sairá nos próximos meses, se for pelo caminho do Judiciário.

Essa obra é fundamental não apenas para aquela cidade, mas também para o turismo de Santa Catarina e do Brasil! Esse será um dos maiores centeventos do país! Esta será uma das maiores obras para divulgar produtos, fazer convenções, bem como fazer com que toda a nossa economia do

Turismo do estado possa ser lá fomentada, ajudando uma das regiões mais famosas do Brasil na questão do turismo, com mais de 600 mil habitantes!

Quero aqui repetir o apelo. Eu não sei se o secretário de Turismo, Cultura e Esporte, neste momento, está acompanhando todo esse processo. Tentei, hoje pela manhã, falar com alguns membros ou com o diretor de licitação da secretaria, e foi-me dito que à tarde, quando voltasse, ele me daria uma resposta sobre esse processo. Mas até agora não recebi o telefonema para que possa esclarecer essa dúvida que paira sobre a população de Balneário Camboriú e de toda região.

Se não nos movimentarmos e agirmos, nada vai acontecer! Estou encaminhando, inclusive, um pedido ao presidente da comissão de Turismo desta Casa, Gean Loureiro, para que convoque o secretário de Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina a fim de trazer explicações, porque não estamos falando de um panfleto, de um evento, de um ato aqui ou acolá! Estamos falando de uma das obras mais importantes de Santa Catarina, que vai movimentar a nossa economia, ou seja, o Centro de Eventos em Balneário Camboriú.

Falamos de Balneário porque é lá que está localizado o terreno, mas o centroventos será de Santa Catarina e poderá contribuir com todo o estado.

Se isso não acontecer, se não for resolvido administrativamente, tenho certeza de que teremos problemas futuros. E o prejuízo não será apenas econômico, governador, mas também político, porque não dá para tolerar mais os discursos, as falácias, as palavras que vão e vêm sem dizer a verdade, e depois tentar achar a justificativa de que uma empresa entrou na Justiça.

Ora, se já existe uma determinação para que seja reaberta a licitação, as cartas, as propostas, eu gostaria que o secretário resolvesse administrativamente para não complicar e prejudicar o setor de turismo do estado de Santa Catarina, especialmente da região de Balneário Camboriú.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Mauro de Nadal, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, que até há pouco nos acompanhavam, mas, com certeza, agora nos acompanham em seus gabinetes, quero retornar à discussão sobre os fatos que envolvem a nossa região, principalmente no que se refere à recuperação das rodovias federais.

Há pouco ouvimos atentamente o deputado Maurício Eskudlark fazer referência às rodovias, e queremos lamentar, sr. presidente, porque não foi nem uma, nem duas, nem três vezes que estivemos na superintendência do DNIT em Santa Catarina chamando a atenção para os problemas possíveis que poderiam acontecer pela falta de manutenção, e que corresponda às necessidades da região, para a BR-158, mais precisamente o trecho que liga o município de Maravilha até o município de Palmitos, ou seja, a divisa com o Rio Grande do Sul. Alertamos, por muitas vezes, que aquele trecho, por possuir uma boa base, necessitava, de forma urgente, de uma recuperação da massa asfáltica da rodovia.

Parece que, pela movimentação dos prefeitos e da sociedade organizada, e pelo grito, quase que desesperador, de todas as pessoas que transitavam por aquela rodovia, não conseguimos eco junto ao DNIT em Santa Catarina.

Diga-se de passagem, há pouco ouvi atentamente o deputado e ex-governador Leonel Pavan falar da falta de retorno. Ouvi também o deputado Maurício Eskudlark dizer que não atendem telefone nem retornam a ligação. Eu estou há mais de 15 dias aguardando o retorno de uma ligação dos representantes do DNIT em Florianópolis para falar um pouquinho sobre o descaso da BR-282, mas mais precisamente sobre o abandono da BR-158. E vejam que a população que transita por essas rodovias

nesses dias de chuva sofre. É difícil andar 5km sem encontrar no acostamento pessoas trocando o pneu do carro. Nós não conseguimos transitar por 30m ao longo dessa rodovia sem encontrar um buraco, tamanho é o descaso e o abandono da BR-158. E não conseguimos falar com quem comanda o espetáculo para nos dar uma previsão sobre os trabalhos de recuperação dessa rodovia.

É uma pena, pois essa rodovia liga todo o sul do nosso país, o extremo oeste de Santa Catarina, fazendo ligações com a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. Mas ela está abandonada e isso é um verdadeiro descaso!

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentá-lo e dizer que v.exa., como representante daquela região, tem que lutar para que a recuperação da rodovia aconteça.

Eu apenas quero fazer o registro da grande festa que foi realizada no dia de hoje, por ocasião da inauguração da ponte de Laguna. O governador e a presidente Dilma Rousseff fizeram um discurso muito bom. Enfim, foi uma festa extraordinária! Aquela é uma linda obra, uma obra de arte que será um ponto turístico e um cartão-postal de Santa Catarina. E a partir de amanhã ela será aberta ao público.

Também quero dizer que a presidente Dilma Rousseff, além da BR-101, também priorizou a BR-470, que vai de Itajaí até o meio-oeste, assim como também outras obras, e vai fazer um grande investimento na região. Eu a ouvi falar com muita precisão sobre os investimentos que vai fazer na região de v.exa., deputado.

Então, espero que isso tudo seja verdadeiro para que o oeste também possa ser contemplado nesse momento de desenvolvimento do estado de Santa Catarina.

Quero cumprimentar v.exa. e dizer que hoje foi um dia marcante, pois, depois de 24 anos de luta pela BR-101, entregaram uma obra bonita e fundamental. Nós ficamos muito contentes com tudo

o que aconteceu. E desejo que v.exa., daqui a algum tempo, possa ter a mesma alegria com relação ao oeste de Santa Catarina!

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Muito obrigado, deputado Manoel Mota!

Espero que a presidente da República tenha recolocado a BR-158 nos mapas federais, porque até então acredito que não esteja nos mapas, pois é impossível tantas reclamações e essa rodovia não ter sequer uma sinalização de recuperação. Isso me frustra muito como representante da região, por estar todo o final de semana transitando nas rodovias do extremo oeste de Santa Catarina. E até parece que as lideranças da região são desconsideradas quando há uma cobrança de algo tão importante, como é essa rodovia.

Vamos restabelecer os contatos, através do nosso gabinete, e pedir uma atenção especial do governo federal e também do governo de Santa Catarina a fim de que possa ser construída uma aduana no município de Paraíso, fronteira de Santa Catarina com Argentina.

Estávamos esperançosos por uma ligação asfáltica, o Brasil fez a sua parte, que foi a continuidade da BR-282 e, de forma invejosa, a Argentina, em tempo recorde, rompeu barreiras, abriu matas, sem toda a burocracia peculiar do Brasil no momento da efetivação de uma obra pública, e em menos de dois anos fez a ligação do município de São Pedro, aproximadamente 40km da fronteira, cortando matas de preservação permanente e fazendo a ligação asfáltica da Argentina até a divisa com o Brasil, no município de Paraíso.

Agora precisamos dotar aquela fronteira de infraestrutura, e aí a aduana se faz necessária. Santa Catarina, para manter o *status* de estado livre de febre aftosa sem vacinação e todos esses requisitos que permitem este estado fazer exportações, precisa, urgentemente, recolocar em condições, para atender a demanda, um centro da Cidasc com capacidade de fazer toda a avaliação da entrada de produtos de origem animal e vegetal.

Precisamos dotar aquela fronteira da estrutura necessária e, acima de tudo, fazer os encaminhamentos para recepcionar o número significativo de turistas que irá atravessar por essa rodovia, por ser a mais próxima do litoral catarinense. Para a população dos municípios do extremo oeste do estado, fica mais fácil utilizar essa rodovia para se deslocar para o Paraguai do que os caminhos anteriormente traçados. Facilita a ligação também com o Chile, que fica em linha reta, praticamente. Por essa rodovia teremos um acesso bem significativo de caminhões, porque se trata basicamente de um trecho plano, o que facilitará o deslocamento de caminhões.

Então, demanda agora vontade política de Santa Catarina e do governo federal, porque lá será necessária a implantação de uma obra importante, uma ponte que possa recepcionar todo esse trânsito. E essa ponte, com certeza, contará com o aporte financeiro por parte da Argentina também, porque já está hipotecado o apoio da província de Misiones no aporte de recursos suficientes para fazer a sua parte dentro desse projeto e uma ligação digna entre os dois países.

Trago também uma preocupação, e já veiculada nas redes sociais e pela grande e pequena mídia do estado, sobre a questão das chuvas na região do extremo oeste do estado.

Peço que a assessoria coloque no telão algumas imagens que mostram momentos de dificuldades, mais precisamente em Saudades, um município que jamais havia vivenciado a força das águas como ocorreu nesses últimos dias. E não foi apenas no município de Saudades. Até ontem, 32 municípios foram anunciados com problemas das fortes chuvas, e acredito que, como a chuva continua, deveremos ter mais algum município passando por essa dificuldade.

Vejam a tristeza de muitas pessoas! Ontem, no município de Coronel Freitas, uma casa foi transportada pelas águas no centro de uma avenida do município. E aí nós nos colocamos no lugar dessas pessoas e tentamos imaginar o sacrifício e a dor que elas estão passando nesse momento,

porque, na grande maioria das vezes, a sua casa é fruto de uma vida de trabalho e o seu veículo é fruto de anos de economia. E, num piscar de olhos, todo esse esforço das famílias acaba sendo colhido pela força das águas.

Assim, hoje, fiz uma indicação. Mas também gostaria de propor uma emenda, em plenário, a um projeto do governo do estado que trata de aporte de recursos do Badesc para encaminhamentos para empresas atingidas pelas catástrofes do ano passado. A emenda vem no sentido de estender esses recursos também para essas empresas que agora estão suportando tamanhas perdas, para que elas também possam acessar esses recursos. Mas sei que, por acordo de líderes, não poderemos oferecer as emendas em plenário na tarde de hoje.

Então, transformei a minha vontade em uma indicação, a ser enviada ao governo do estado de Santa Catarina, pedindo que encaminhe um novo projeto ao Parlamento catarinense para que possamos estender o Juro Zero, através do Badesc, a quem precisa restabelecer o seu negócio, a economia naquela região, mas, acima de tudo, a dignidade. Porque somente quem está passando por tamanha dificuldade, como é o caso desses municípios da região, sabe o quanto é importante a mão forte do governo do estado e do governo federal num momento de tanta dificuldade.

Então, quero reafirmar essa vontade da região de que haja a possibilidade de aportarem recursos para esses municípios atingidos agora pelas chuvas, porque sabemos que, além do Juro Zero, também há um prazo de carência, período suficiente para que possam restabelecer a sua atividade comercial, a sua vida e, como disse há pouco, a sua dignidade.

A menos de um ano das cheias do rio Uruguai, e dentro da burocracia que denunciemos em inúmeras oportunidades no Parlamento, na tribuna desta Casa, é uma pena que até agora não conseguimos atender integralmente os compromissos que assumimos. E faço a *mea culpa* do governo do estado de Santa Catarina e também do governo federal para com os municípios que em junho e julho do ano

passado foram atingidos pelas cheias do rio Uruguai. Não conseguimos ainda atendê-los!

Temos que enfrentar a burocracia, pois as famílias, os municípios que estão em extrema dificuldade, como agora estão, não podem ficar um ano esperando por um socorro para conseguir restabelecer aquilo que é o mais sagrado de todos nós, que é uma vida digna em harmonia e com as possibilidades de conseguir perseguir os seus sonhos.

É uma pena, mas, infelizmente, o modelo brasileiro ainda funciona dessa forma. Uma lei de licitações, quando emperra qualquer processo público, dificulta porque parte do princípio de que todos que estão lá na ponta exercendo essa missão, que é cuidar e zelar pela coisa pública, têm problemas na condução dos recursos públicos. E, sendo mais direto, parte do princípio de que todos nós somos mau caráter e não zelamos pela verba pública. E em termos mais diretos ainda, todos que lidam com a coisa pública são ladrões. É uma pena que partimos desse princípio, porque o povo é quem paga por tudo isso e os culpados somos nós, que fazemos as leis.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero apenas concordar com o discurso do deputado Mauro de Nadal. Quando há essas calamidades, o particular ainda consegue a liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e de alguns benefícios, e a classe empresarial sofre muito.

Mas quero registrar a presença, nesta Casa, do vice-prefeito do município de Campo Erê, Alvaro Luiz Vigano, o Gringo; do presidente da Câmara Municipal de Campo Erê, Adir Krefta; do prefeito de Três Barras, Elói Quege; do vereador Ernani Wogeinaki Junior; e também do vereador do

município de Abelardo Luz, Vilmar Oliveira, o Maluf.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença do pessoal de Três Barras. Sejam bem-vindos!

Também tenho a grata satisfação, depois de muitos anos, de rever um velho amigo do meu pai, o pastor João de Paula, que está aqui junto com o seu filho. Ele, juntamente com o meu pai, foi missionário na Argentina durante muitos anos e agora vem aqui nos visitar. Sinto-me muito feliz e honrado por vê-lo aqui. Muito obrigado, pastor João de Paula. E faço este registro em homenagem a todos os missionários que, como você, deram a vida pelas missões.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de saudar o prefeito de Três Barras, médico Elói Quege, que tem feito um bom trabalho no município. Parabéns ao prefeito Elói e a sua comitiva!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Bloco Frente Renovação - PPS, PR, PSB.

Com a palavra o sr. deputado Ricardo Guidi.

O SR. DEPUTADO RICARDO GUIDI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, nos últimos dias muito se falou sobre a proposta do nosso presidente, deputado Gelson Merisio, com relação à mudança nos critérios de repasse do duodécimo. Eu acho que essa é uma discussão que precisa ser ampliada e melhor discutida. Eu procurei escrever um artigo sintetizando o que penso e vou ler para vocês.

(Passa a ler.)

"Perdas e ganhos para quem?"

A proposta do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio, de mudar os critérios que orientam o repasse dos duodécimos do Poder Executivo para os demais Poderes, Ministério Público e Udesc mereceu pesadas restrições por parte daqueles que, aparentemente, receberiam menos recursos e nenhuma solidariedade daqueles que, também aparentemente, ficariam com mais recursos. Afinal, quantos perderiam quanto?

Enquanto a resposta não vinha e a proposta continuava na mídia, fomos bombardeados com informações - não quantificadas, de que a sua adoção restringiria os serviços judiciários, prejudicaria as ações do Ministério Público e impediria a ampliação das atividades da Udesc. Mas, se as atividades de alguns seriam restringidas, quais seriam ampliadas? As da Educação? As da Saúde? As da Segurança Pública? Infelizmente, o silêncio do Poder Executivo nos privou dessa informação.

Penso que esta deveria ser a essência do debate a ser proposto à sociedade: se os recursos públicos são escassos, quais as atividades públicas precisam ser mantidas e até ampliadas, e quais as que podem ser reduzidas? Sem responder essa pergunta, a informação de que um determinado órgão público teve suas dotações reduzidas é absolutamente irrelevante. Perdeu dotações e deixará de fazer o quê?

Outro aspecto a considerar, e que bem demonstra a falta de transparência com que esse assunto está sendo tratado, é o fato que o repasse financeiro aos Poderes pode ser reduzido, mesmo mantido o atual critério de participação na receita do estado. Para isso, basta a estagnação da receita, risco do qual não estamos imunes, dado o baixo, ou melhor, quase inexistente, no momento, crescimento econômico. E quando ele se configurar, qual vai ser a desculpa?

Como deputado de primeiro mandato, fico frustrado ante à falta de vontade das autoridades públicas dos mais elevados escalões para debater

as questões que mais afetam e afligem a nossa sociedade. Os exemplos são diários. A segurança pública está um caos? Está, mas a Lei de Responsabilidade Fiscal impede a ampliação dos quadros policiais. E fica por isso mesmo? Ou seja, a lei defende a sociedade do risco fiscal, mas não a protege do risco criminal.

Não estaria faltando um pouco de vontade para tratar questões mais relevantes? Voltando à proposta do presidente da Assembleia, não estaria faltando um pouco de humildade de todas as partes para reconhecer que o trabalho de cada uma delas é tão importante quanto a importância que a sociedade lhe atribui? Vale a pena refletir um pouco mais sobre isso."

Vejo que está chegando o momento dessa discussão. Acho que, quanto a essa questão do repasse dos Poderes, temos que nos preocupar, principalmente, com a questão da necessidade da nossa população catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, por até sete minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o sr. presidente, os srs. deputados, as sras. deputadas e todos que acompanham esta sessão.

Eu não poderia deixar de me manifestar sobre a situação dos municípios do oeste catarinense, tendo em vista as chuvas que estão ocorrendo no nosso estado.

Gostaria que fossem exibidas no painel eletrônico as fotos dos municípios da região oeste bastante atingida pelas cheias.

(Procede-se à exibição de fotos.)

Nós vemos os municípios de: Chapecó, Concórdia, Coronel Freitas, Iraceminha, Maravilha e Irati. Enquanto, através das fotos, v.exas. veem a gravidade da situação, e sobre a

qual o deputado Mauro de Nadal já falou, assim como também demais parlamentares, quero dizer que, hoje pela manhã e ontem, fiz contato com alguns prefeitos, sendo que hoje pela manhã conversei com o secretário da Defesa Civil, Milton Hobus, que anunciou a presença da sua equipe nos municípios da região. Foi autorizado pelo governo do estado o envio de alguns equipamentos e óleo diesel também. Enfim, os municípios mais gravemente atingidos pelas enchentes são: Maravilha, Coronel Freitas, Saudades e Mondaí.

Também conversei com o secretário no sentido que devemos, neste momento, nos abraçar e fazer um trabalho em conjunto: Defesa Civil de Santa Catarina juntamente com o governo federal.

Fiz contato também com o ministério da Integração. Sabemos que existe a necessidade dos dois decretos de calamidade e emergência, tanto do município quanto aquele referendado pelo estado, para que cheguem até o ministério da Integração e que, de posse desses dois decretos e de todo o diagnóstico das cidades atingidas pela chuva, seja feito algo por essas cidades.

Mas quero dizer que tudo isso é muito triste porque, no momento, os municípios estão recebendo recursos do Fundam para obras federais e estão com obras em execução. E, nesse momento, veio a chuva que paralisou as obras, sendo que muitos prefeitos disseram que agora é preciso esperar a chuva parar e a água baixar para verem como está a situação das vias públicas e o que se pode fazer.

Então, este é um momento de solidariedade, ajuda mútua e de somar forças.

Falamos em nome do PT para dizer que estamos acompanhando toda essa situação e dialogando junto à Defesa Civil do estado e a Defesa Civil nacional. São 47 municípios atingidos pelas chuvas, quase três mil pessoas afetadas, 40 desabrigados, 24 desalojados, oito feridos, duas mortes e mais de 900 habitações atingidas.

Por isso, fazemos a nossa menção de solidariedade também. Gostaria de dizer que vamos continuar apoiando os nossos municípios na sua reconstrução.

Apresentarei, srs. deputados, na Ordem do Dia, uma moção, e para que possa ser aprovada em plenário, no sentido de que sejam tomadas medidas urgentes para a homologação dos decretos e também a liberação de recursos estaduais e federais.

Por último, quero falar da inauguração de uma obra, e não poderia deixar de falar sobre ela, que foi a ponte de Laguna. Acredito que a vinda da presidenta Dilma Rousseff ao nosso estado, pela terceira vez este ano, demonstra o grande compromisso da nossa presidenta com o estado de Santa Catarina.

Ela é a segunda maior ponte estaiada do Brasil e a única no mundo estaiada em curva com mastros centrais.

(Passa a ler.)

"A ponte era considerada o maior gargalo da duplicação da BR-101-Sul e foi concluída em tempo recorde de três anos, considerando a grandeza da obra.

É o Brasil mostrando que, ao invés de ficar parado, esperando o agravamento da crise, está ativo, beneficiando o seu povo através de investimentos e mudando as condições de vida da população. A ponte representa um novo marco na história de Laguna e alavancará o desenvolvimento do sul do estado.

As obras, em Laguna, começaram em 2012 e absorveram recursos do governo federal na ordem de R\$ 750 milhões. A estrutura da nova ponte de Laguna, erguida sobre as Lagoas de Imaruí e Santo Antônio, com 2.800m de extensão, tem os 400m da parte central suspensos por 60 cabos de aço.

De acordo com o DNIT, cerca de 27 mil carros passam diariamente pelo local e, conforme a Polícia Rodoviária Federal, durante a temporada o número de veículos triplica. Na alta temporada, o trecho entre a ponte e o Morro do Formigão, em Tubarão, chega a registrar filas de até 20km. A expectativa é zerar as filas na região.

Também será inaugurado o túnel do Morro do Formigão, que se destaca pela complexidade de construção."

Então, queremos elogiar esta belíssima obra, a Ponte Anita Garibaldi, que orgulha os catarinenses, Laguna, o farol, toda a região sul, que é beneficiada, e o estado de Santa Catarina como um todo.

Também deixou a nossa solidariedade aos municípios do oeste.

Sr. presidente, gostaria de fazer o registro da presença de duas lideranças no plenário: o vereador Armando Kerbes, de Cunhataí; e o Dirceu Hampel, que foi vereador no município de Cunhataí e secretário da Agricultura.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, sem atrapalhar a sua espiritualização ao lado do deputado Padre Pedro Baldissera, eu gostaria também de registrar a presença do prefeito de Jacinto Machado, Antonio João Fáveri, conhecido também como Antonio do Padre, que veio a esta Casa acompanhado do secretário de Educação para, mais tarde, deixar a sua mensagem no plenário.

Quero também, como deputado do sul do estado, irmanar-me com o pronunciamento da deputada Luciane Carminatti, que manifestou agradecimento e orgulho com a construção da Ponte Anita Garibaldi, em Laguna, uma obra que orgulha todos nós, catarinenses.

Temos que agradecer ao governo federal que, com muita competência, executou uma obra que é relevante e muito importante para o desenvolvimento de Santa Catarina e do sul do estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PCdoB.

Com a palavra o deputado Cesar Valduga, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Sr. presidente e srs. deputados, assomo à tribuna para falar sobre esse momento político que estamos vivendo no Brasil e dizer que, diante disso, o nosso partido, portanto, apresentou uma nota à população chapecoense e a toda população do estado de Santa Catarina.

(Passa ler.)

"Vivenciamos, nos últimos meses, diante da crise política nacional, uma grande ameaça à democracia brasileira.

Diante disso, a direção nacional do meu partido emitiu uma nota em defesa do mandato constitucional da presidenta Dilma Rousseff, nota essa que foi debatida e ratificada pela direção estadual do PCdoB, na última semana, e que passo a socializá-la com as sras. deputadas e os srs. deputados.

'A situação política do país agrava-se. A democracia, conquista histórica do povo brasileiro, é ameaçada abertamente e o PSDB, na sua convenção realizada no penúltimo final de semana, às claras, faz soar as trombetas de que teria chegado a hora de se afastar, por qualquer meio e a qualquer pretexto, a presidenta Dilma Rousseff do cargo que lhe foi conferido pelo voto de mais 54 milhões de brasileiros e brasileiras. Uma presidenta, com apenas seis meses de mandato, faz uma grande luta para o país retomar o crescimento econômico, a geração de empregos no contexto de uma grande crise mundial do capitalismo.

A Procuradoria-Geral da República e o Supremo Tribunal Federal, no que se refere à Operação Lava Jato, já se pronunciaram afirmando que 'nada consta' contra a presidenta Dilma Rousseff, uma grande liderança, de conduta ilibada, com reputação incontestável de defensora do Brasil, de seu povo e do patrimônio da nação e do estado brasileiro.

Sem nenhum fato, sem nenhuma base legal jurídica, a direita neoliberal, na sua ambição de

reaver o governo a qualquer preço, passou a pisotear em linha crescente a institucionalidade democrática.

[...]

O PCdoB, em 93 anos de presença ativa na história brasileira, e ao preço da própria vida de centenas de militantes, sempre defendeu a democracia como caminho indispensável para o fortalecimento do Brasil.

Respaldado por esta trajetória de lutas, faz um chamamento às forças políticas e sociais democráticas e progressistas, às personalidades e lideranças que concebem a democracia como um bem maior da nação, para que se manifestem com senso de urgência em defesa do Estado Democrático de Direito, uma bandeira que, neste momento, materializa-se na defesa do mandato constitucional da presidenta Dilma Rousseff.

Além da unidade e da ação de amplas forças democráticas, é importante a mobilização do povo, dos trabalhadores, através de suas entidades e seus movimentos.

Se a oposição neoliberal ambiciona tornar-se governo 'em breve', como proclamou em tom de ameaça o presidente do PSDB, Aécio Neves, que enfrente as urnas em 2018 e não tente, 51 anos depois da imposição da ditadura militar, chegar ao governo pela via suja de um golpe.

A experiência histórica nos ensina que o golpismo da direita não se derrota com apelos, nem cedências, mas com a mobilização e a tomada de posição em defesa da democracia por parte de amplas forças políticas e sociais.

É hora de mobilização, é hora de ação em defesa da democracia, do mandato constitucional da presidenta Dilma Rousseff!'[sic]

Esta é a nota e, por fim, congratulo o nosso governador do estado de Santa Catarina, Raimundo Colombo, e todas as lideranças políticas que têm assumido aqui, em solo catarinense, a bandeira da defesa da democracia e do mandato constitucional da presidenta da República."

Ela que esteve em solo catarinense pela parte da manhã inaugurando a maior obra de engenharia do

governo federal em Santa Catarina nos últimos tempos.

Então, é nesse sentido, sr. presidente, que o nosso partido, em nível nacional e estadual, apresenta essa nota pró-democracia e em defesa do governo da presidenta Dilma Rousseff. E acho que é por isso que temos que lutar: por um estado de direito, mas, acima de tudo, democrático.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Hoje será a nossa última sessão antes do recesso porque não haverá sessão amanhã, por isso as matérias serão encaminhadas até o prazo que for necessário, mesmo que passe das 18h ou das 20h faremos todas as aprovações das matérias hoje.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, gostaria apenas de registrar a presença dos vereadores de Canoinhas: Gil Baiano, presidente da Câmara Municipal; Renato Pike, Célio Galeski e Paulo Henrique Brolini Glinski. Também do ex-vereador Daniel da Cruz, de Três Barras.

Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Nós temos o requerimento do deputado Fernando Coruja, que pede para que a LDO tenha prioridade de tramitação. Em atendimento a esse requerimento vamos deliberar primeiramente a LDO para que depois possamos seguir com as demais matérias.

Gostaria de saber se o deputado Marcos Viera já está no plenário, porque ele é o relator da matéria. Vamos aguardar a chegada do deputado Marcos Vieira, enquanto adiantamos outras matérias. Tão logo ele chegue, deputado Fernando Coruja, faremos a regressão de pauta.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0001/2015, de procedência do Tribunal de Justiça do estado, que dispõe sobre a cessão de

uso de imóvel no município de Campo Erê.  
(Instalação de praça para lazer e esportes.)

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0125/2015, de procedência governamental, que autoriza a concessão do uso de imóvel no Município de Blumenau. (Sociedade Casa da Esperança)

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0139/2015, de procedência governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Lebon Régis. (praça de lazer)

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0140/2015, de procedência governamental, que autoriza a permuta de imóvel no município de Tunápolis. (Centro de Turismo e Cultura)

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0268/2014, de procedência governamental, que institui o Dia Estadual da Mulher Policial Civil.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0020/2015, de procedência do Ministério Público, que cria cargos de Assistente de Promotoria de Justiça no Quadro de Pessoal do Ministério Público.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

A matéria está sendo votada em primeiro turno. Teremos hoje ainda a votação dos dois turnos e também a redação final.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Apenas para esclarecimento, sr. presidente, esse é o projeto do Ministério Público, é isso? Aquele que cria os 62 cargos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Exatamente.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MARIO MARCONDES	sim

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NÍKOLAS REIS	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	sim
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Encerrada a votação.

Votaram 36 srs. deputados contando com o voto do deputado Marcos Vieira, que votou a favor do projeto.

Temos 35 votos "sim" e um voto "não".

Está aprovado o projeto em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0021/2015, de autoria da Mesa Diretora, que revoga dispositivo da Resolução n. 002, de 2006, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Carreira, os cargos, as classes de cargos, as funções de confiança e as atribuições dos servidores da Alesc, para o fim de compatibilizar aquela Resolução com a Resolução n. 001, de 2006, que dispõe sobre a organização administrativa deste Poder, ambas convalidadas pela Lei Complementar n. 642, de 2015.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Trata-se apenas de regularização da matéria. Quando foi alterado o artigo que permitia a nomeação do procurador-geral e adjunto por pessoas de fora do quadro não se revogou um dispositivo que coibia e colidia com a matéria. Por isso, é para corrigir uma matéria já votada nesta Casa, de algo que já está em vigor.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os srs. deputados que votarem "não" rejeitam-na.

Apenas corrige um procedimento que já está em vigor.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	abstenção
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	abstenção
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MARIO MARCONDES	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NÍKOLAS REIS	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	sim

DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Encerrada a votação.

Votaram 37 srs. deputados.

Temos 35 votos "sim" e duas abstenções.

Está aprovada a matéria por maioria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0110/2015, de procedência governamental, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2016 e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas aditiva e modificativa.

Antes de abrirmos a discussão que será encaminhada pelo relator da matéria, deputado Marcos Vieira, em função de todo o debate público que se realizou no âmbito desta Casa e também com os poderes eu vou passar a Presidência ao vice-presidente, para que eu possa fazer uso da palavra e trazer explicações sobre o posicionamento desta Casa e deste presidente quando apresentou a emenda e no último sábado a retirou.

Então, passo a Presidência ao deputado Aldo Schneider para que eu possa assomar à tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra o sr. deputado Gelson Merisio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Prezado presidente Aldo Schneider, demais componentes da Mesa, srs. deputados, sras. deputadas, parece-me que nos dias que antecederam esta sessão travamos um debate extremamente interessante no que diz respeito a um assunto que é de estado. Não se trata de um assunto do Legislativo, do Executivo ou do Judiciário, mas de uma matéria de estado e, como tal, tem que ser compreendida.

Quero, por isso, primeiramente, explicar aos srs. deputados que em função do calendário que tivemos de audiências públicas acabamos, na

semana que antecedia a votação da LDO, impossibilitados de fazer um debate presente durante as sessões para que fossem dirimidas as dúvidas e houvesse um contraponto de todos porque o objetivo era exatamente esse, realizar um debate franco, aberto e transparente. Mas, infelizmente, a ausência das sessões acabou, tenho certeza, prejudicando o volume e a qualidade das informações que chegaram, inclusive, aos próprios deputados.

A filosofia da emenda proposta era muito clara: estabelecer que nos próximos quatro anos os Poderes não tivessem aumento real, tendo como limitador a atual base de remuneração. Isso para evitar, o que esperamos que vá ocorrer - não que torçemos para que ocorra, mas há uma possibilidade concreta -, em 2016, uma receita menor que a inflação. Neste caso, prevaleceriam os percentuais da forma como hoje são aplicados.

Esta era a filosofia que norteava a iniciativa e sobre ela conversamos muitas vezes com membros dos Poderes explicando a intenção e deixando muito claro que a redação da emenda era passível de alteração a qualquer momento, tanto que da primeira versão até a última, que era a oficial, houve três alterações, sempre no sentido de clarear e garantir que em nenhuma hipótese os Poderes tivessem R\$ 1,00 a menos corrigido do recurso que receberam em 2014. Isso tem que ficar muito claro porque esse era o propósito, essa era a filosofia. E se ainda hoje aqui estivéssemos votando a matéria e restasse uma dúvida sequer, ela não poderia ser votada porque temos a compreensão de que os Poderes precisam de autonomia, de independência e ter condições de planejar os seus Orçamentos como fizeram em 2014, ano em que tivemos uma execução orçamentária plena e mesmo assim restaram nos cofres dos Poderes R\$ 278 milhões. O que de forma clara representa certa folga na execução orçamentária.

Queríamos fazer deste Orçamento a sua prorrogação para os próximos quatro anos com intenção de que apenas neste período não houvesse aumento real. Muito provavelmente em 2015, 2016 e

talvez em 2017, essa medida não fosse nem aplicada, porque se a receita fosse ou for menor do que a inflação, permaneceria o percentual dos Poderes.

É muito bom que se debata esses assuntos que fazem parte da essência deste Poder. Nós fomos eleitos e temos a prerrogativa de votar o Orçamento, temos a prerrogativa de votar a LDO, que é o que vamos fazer aqui hoje. E poder discutir de forma transparente, clara, não é ofensa nem interferência a nenhum Poder, muito pelo contrário, é um respeito muito grande a cada um desses Poderes.

E quero aqui resgatar um testemunho pessoal. Estou nesta Casa há praticamente 11 anos, e neste tempo sempre fui um absoluto defensor de todos os projetos que por aqui tramitaram do Ministério Público e do Tribunal de Justiça, especialmente do Ministério Público, tendo em vista uma grande relação com os seus procuradores-gerais e também com a imensa maioria dos seus promotores. Defender o Ministério Público, que cumpre um papel extremamente relevante para o Brasil e para o estado, é uma missão que temos. O Ministério Público é um patrimônio da nossa sociedade!

Jamais, em nenhum momento, passou pela minha cabeça qualquer movimento que fosse no sentido de minimizar, de tirar qualquer prerrogativa, qualquer independência ou causar qualquer problema, seja ao Ministério Público ou ao Tribunal de Justiça. Isso ficou muito claro quando da redação da emenda que garantia plenos resultados aos Poderes nos próximos quatro anos.

Sinceramente, acreditava, e acredito, que o momento deve ser de gestos em direção à sociedade, de manifestação clara de que cada um vai fazer um pouco de aperto em seus orçamentos para que possamos estar sintonizados com o momento por que passa o cidadão.

Também entendo que a forma como é aplicada, e é cultural a questão do duodécimo atrelado a percentuais, carece de um vício de legalidade, tanto é verdade que há, hoje, quatro ações no STF, com liminares concedidas, dizendo que é

inconstitucional a aplicação de percentual da receita a repasse dos Poderes através do duodécimo. Três delas, em função da liminar, os estados já mudaram as suas leis e aplicaram ao Orçamento Anual; a quarta está por ser votada, já com o parecer do Ministério Público Federal pela inconstitucionalidade.

Eu entendia, e continuo entendendo, que esse movimento que fazíamos aqui era exatamente o oposto do que transpareceu no debate que se estabeleceu, especialmente na visão que os Poderes tiveram, e que respeito. Temos que respeitar a posição contrária de cada um dos Poderes, agora, se logo em seguida isso acontecer, e acredito que aconteça - porque já são quatro ministros diferentes que têm a mesma impressão sobre a matéria -, teremos a nossa lei também revogada aqui, não porque a Assembleia Legislativa decidiu, não porque houve uma decisão desta Casa, mas porque há um vício de constitucionalidade. Se isso ocorresse, já teríamos criado, através de um mecanismo proposto, uma fórmula que garantiria aos Poderes absoluta autonomia, absoluta independência e livrar-nos-ia daquilo que também sou absolutamente contra: a necessidade de cada um dos Poderes ir até o Executivo a cada ano e, a partir da disponibilidade do estado, elaborar o Orçamento dos Poderes. Os Poderes precisam de independência absoluta, de autonomia plena nas suas questões financeiras. Agora, se não dialogarmos e não construímos um ambiente para que isso ocorra, sinceramente, estaremos perdendo, na minha visão, uma oportunidade.

Retirei a matéria quando, no final de semana, começaram a surgir reportagens do ponto de vista jornalístico, que não me cabe julgar, mas que deixavam subentender à sociedade que a iniciativa desta Casa era enfraquecer e tirar prerrogativa do Ministério Público, e isso é absolutamente inaceitável, porque como disse no início, o Ministério Público é um patrimônio do estado. Recuar por um, dois, três ou quatro anos, não é a questão. Nós estamos discutindo um tema que

perdura há mais de 25 anos, e não são por causa de dois ou três anos que teremos problema.

Criarmos na sociedade uma ideia ou deixarmos passar para a sociedade uma ideia de que qualquer movimento desta Casa seria no sentido de diminuir a importância deste ou daquele Poder, isso, sim, seria um prejuízo irreparável. Por isso a retirada da emenda, não do debate, porque entendo, sinceramente, que esta Casa terá no futuro muitos outros debates extremamente difíceis e importantes que precisarão ser enfrentados.

Nós vamos ter que discutir, nesta Casa, por exemplo, a idade mínima para aposentadoria, não para prejudicar os trabalhadores, mas para garantir àqueles, que hoje estão aposentando-se aos 50 anos, quando chegarem aos 70 anos - e aí, sim, precisando efetivamente da sua aposentadoria - que tenha saldo na conta do estado para o devido pagamento.

Nós vamos precisar discutir, sim, a Previdência Pública, que neste ano vai ter um rombo de mais de R\$ 3 bilhões em Santa Catarina, além do arrecadado. São R\$ 3 bilhões de diferença entre o que recebe e o que paga. Num estado que investe na Saúde R\$ 2,8 bilhões por ano, 60 mil pensionistas custam ao estado R\$ 3 bilhões de diferença de caixa. Mais cedo ou mais tarde este debate vai ter que vir para esta Casa. E nós precisamos readquirir a nossa condição do debate de alto nível, do debate sem temor, do debate das ideias em que prevaleça o interesse público, o interesse do estado, compreendendo, entendo e sabendo que é legítimo o contraditório, que é legítimo aquele movimento que se constrói, especialmente nos Poderes, no serviço público, para a manutenção de conquistas históricas. Ninguém aqui é dono da verdade, ninguém quer impor um processo que seja goela abaixo de ninguém.

Agora, não podemos também nos afastar dos grandes debates de estado, porque os temas dos quais fugimos hoje, irão perseguir-nos pelas próximas décadas. Eu não tenho nenhuma dúvida de que o estado brasileiro vai precisar passar por uma transformação que passo a passo precisa ser

dada. Muitas vezes com recuo, muitas vezes com avanço, mas sempre com muito diálogo e muito respeito às instituições.

Saio deste processo com certa frustração por não ver avançando uma ideia da qual eu tinha convicção que era boa para os Poderes, inclusive para a Assembleia Legislativa; um pouco de lamentação por não ter tido a capacidade de explicar, de forma correta, para que todos tivessem uma compreensão sobre a importância da matéria e também do seu objetivo; e também um pouco de sentimento do dever cumprido, porque só o fato de estarmos aqui, hoje, debatendo este tema, conversando sobre ele, alongando um debate que vai voltar a esta Casa, mais cedo ou mais tarde, seja por uma ação do STF, seja por outro parlamentar que tenha uma iniciativa, e nós teremos que enfrentar sem medo, sem nenhuma preocupação em termos as nossas opiniões.

O que não pode passar para fora, o que não deve passar para fora, é qualquer percepção de que os nossos movimentos são no sentido contrário de outros Poderes, de outras instituições, porque tenho absoluta certeza e convicção de que não era essa a minha iniciativa, não foi esse o meu propósito nem de cada um dos 40 deputados que aqui estão.

Quero, por fim, fazer um registro de agradecimento ao deputado Marcos Vieira, que na condução desse processo já havia tomado a decisão de incluir a matéria em seu relatório e, quando houve a retirada também abriu mão da prerrogativa que tinha de dar sequência, como relator da matéria, com a emenda proposta para que tivéssemos tempo e para que não houvesse de forma alguma uma relação com os Poderes que não fosse a que sempre foi. Nós passamos aqui por momentos muito difíceis nos últimos anos com a relação institucional, mas nunca houve, por parte desta Casa, ou dos Poderes, qualquer dúvida de que o interesse fim é o mesmo: prestar um bom serviço público. Não existem dois serviços públicos: dos Poderes e da sociedade. Somos todos servidores públicos, devemos obrigações dos nossos atos e transparência das

nossas ações. Tenho certeza de que sempre que estabelecemos um debate, crescemos um pouco, perdemos um pouco, mas acima de tudo, ganhamos o respeito das pessoas por tratarmos de temas de estado que não têm nenhuma relevância ao mandato pessoal, mas uma relevância extremamente grande ao interesse do estado, que é de todos nós.

Muito obrigado!

Reassumo a Presidência e dou sequência à discussão da LDO para que possamos ter todo o tempo para discutir a matéria. Faço este esclarecimento por respeito aos srs. deputados, até porque, como já disse, nós não tivemos, na última semana, a condição de fazê-lo aqui da tribuna e, por isso, as informações que chegavam eram desencontradas, talvez por equívoco de condução deste deputado, e deixaram dúvidas com relação a real intenção da proposta.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - A matéria está em discussão.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, não poderia deixar de dizer algumas palavras com relação ao que eu ouvi do presidente desta Casa, deputado Gelson Merisio.

Primeiramente, entendo que o modelo de gestão como um todo está falido e é preciso surgir, como diz o governador Raimundo Colombo, um novo modelo que passe efetivamente por aquilo que esta Casa está fazendo que é ouvir a comunidade para elaborar o seu Orçamento, ou seja, a peça orçamentária a ser feita pelas regiões, por isso temos o Orçamento Regionalizado, e também por esta questão que v.exa. fala, deputado Gelson Merisio, que é a necessidade de estarmos fazendo um gesto na direção daquilo que a comunidade está precisando.

Entendo perfeitamente que, por conta, sr. presidente, de termos visitado 102 cidades e termos ouvido 1.117 lideranças para a elaboração do Orçamento Regionalizado prejudicou um pouco esse debate. Mas é nossa responsabilidade de legislador votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias e discutir, chamar para essa tribuna e para esse espaço, deputado Manoel Mota, essa discussão.

É preciso fazer! Não se trata de retaliação ou enfraquecimento, mas sim de um papel dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público, para que possamos dar a sociedade essa resposta. Eu espero que essa matéria volte a ser discutida com um amplo debate e com a participação de todos para que possamos fazer o que é de nossa responsabilidade. Fomos eleitos para legislar, para fiscalizar e para dar retorno à sociedade. É essa a nossa responsabilidade e não podemos fugir disso. Por isso, torço para que este debate volte ao Plenário.

Muito obrigado sr. presidente!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, desejo pronunciar-me daqui no tempo regimental afirmando que hoje é um dia importante porque estamos discutindo e vamos aprovar possivelmente a Lei de Diretrizes Orçamentárias com duas emendas do relator: uma redacional e a outra que fortalece o Orçamento Regionalizado.

Mas não poderia deixar, sr. presidente, de fazer menção à Lei de Diretrizes Orçamentárias e ao pronunciamento do presidente desta Casa, deputado Gelson Merisio.

Eu inicio, sr. presidente, reforçando e procurando demonstrar que o presidente tem razão, deputado Romildo Titon, quando afirma que este Poder, o Parlamento Catarinense, sempre respeitou, fortaleceu e apoiou as ações dos demais poderes de Santa Catarina. Prova disso é que nos oito anos que estou aqui na Assembleia Legislativa aprovamos todos os projetos que vieram para esta Casa do

Tribunal de Contas, do Ministério Público e do Tribunal de Justiça. Com exceção de um, aliás, daquele que tratava de gratificações para servidores do Tribunal de Justiça, que nós rejeitamos a pedido do Sindicato do Tribunal de Justiça.

Essa é uma demonstração clara e evidente do respeito que temos e não poderia ser diferente com relação aos poderes constituídos.

A proposição do presidente, deputado Gelson Merisio, que foi retirada no final de semana, teve a sua importância, professor e deputado Fernando Coruja. Por quê? Porque provocou o debate com relação ao que se refere a valores repassados aos poderes e coloca em pauta essa discussão complexa, da qual não podemos fugir porque a sociedade clama por um debate a respeito desse tema. Essa é a grande verdade!

E estamos aqui, sr. presidente, e deputado Valdir Cobalchini, para debater, discutir e votar o que é divergente, caso contrário, não haveria razão para existir o Parlamento porque é na divergência que crescemos, que avançamos e que conseguimos as grandes conquistas.

Portanto, o presidente, com certeza, quando pensou nessa emenda, não pensou em desarticular a harmonia entre os poderes, mas sim, assim como todos nós, pensou nas grandes dificuldades que a população catarinense sofre no que diz respeito, por exemplo, à Saúde, à Infraestrutura, à Segurança Pública e por aí afora. Essa é a nossa grande tarefa.

E para finalizar, quero dizer que acredito muito na racionalidade e na sensibilidade dos poderes, deputado Manoel Mota. O que significa isso? Significa que esperamos que os poderes sigam o exemplo da Assembleia Legislativa e que após fazer economia no orçamento durante o ano devolvam o que porventura sobre para a Fonte 100 do governo do estado para ser aplicado em Saúde, em Segurança Pública, enfim, nas atividades essenciais como a Assembleia Legislativa tem feito.

E esse procedimento começou na primeira gestão do presidente Gelson Merisio nesta Casa. Ano

passado, deputado Romildo Titon, foi devolvido ao Poder Executivo R\$ 70 milhões. Quer dizer, nós economizamos, não utilizamos o dinheiro e devolvemos para que o governador João Raimundo Colombo o utilizasse nas atividades essenciais do estado de Santa Catarina, deputado Antônio Aguiar. Isso precisa ser dito, foi um grande gesto do Parlamento Catarinense.

E acredito que os demais poderes, com racionalidade, inteligência e sensibilidade, que sempre demonstraram ter, haverão também de economizar, independentemente da lei, de imposições, da LDO ou de quaisquer emenda, e devolver, a exemplo do que faz a Assembleia Legislativa, esse dinheiro para o governo investir em atividades essenciais.

Então, sr. presidente, o deputado Gelson Merisio não se faz mais presente nesta sessão, mas muitas vezes em nossas vidas temos que recuar. Fica aqui a lição, a proposta e os objetivos. Haveremos de continuar com esse tema em pauta porque não poderemos fugir dele por muito tempo.

O problema do Brasil também é gestão, mas é falta de recurso, porque a grande soma de recursos não fica nos municípios, vai embora para Brasília e muitas vezes não volta mais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, muito obrigado, srs. deputados, sras. deputadas. Eu apenas quero fazer uma proposição no que diz respeito à manifestação aos projetos relevantes, como é o caso da LDO, do PPA e outros projetos, que nós fizéssemos um acordo para que no máximo cinco minutos fossem utilizados na tribuna, com exceção do relator da matéria, que poderá estender-se ou não, mas cinco minutos parece-me que é razoável para dar um pouco mais de

celeridade à sessão. Esta é a minha proposição, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) -  
Consulto os srs. líderes.

Não havendo objeção está acordado cinco minutos para cada orador e para o relator da matéria, então, dez minutos.

Eu acho que cinco minutos é um bom tempo, até porque a emenda do autor precisa ser colocada em exposição para a sociedade catarinense. É preciso ter compreensão, nada mais do que isso, até porque o que o relator vai falar já foi exposto nas comissões, já foi falado em outros momentos na Casa, é um acordo de cavalheiros, de líderes.

Podemos, srs. líderes, acordar cinco minutos?

(As lideranças aquiescem.)

Com a concordância de todos, assim procederemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) -  
Com a palavra, o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até cinco minutos, para discussão.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero fazer o registro de que não fizemos emendas por vários motivos.

Primeiramente porque nós queremos respeitar o que veio das audiências públicas regionalizadas. Nós consideramos isso um importante debate, embora a sociedade não tenha uma ativa participação, são mais representantes, mas já tivemos uma participação em várias audiências importantes.

Em segundo lugar, tivemos um problema regimental, deputado Silvio Dreveck. O nosso Regimento estabelece 12 dias e nós tivemos somente cinco dias para a apresentação das emendas, inclusive tivemos as audiências públicas regionalizadas e, por isso, acabamos não apresentando todas as emendas da LDO.

Além disso, quero registrar, sr. presidente, uma das coisas que quero aqui chamar a atenção para o fato de as metas e as prioridades não estarem anexadas ao texto, o que na minha avaliação representa um desrespeito com esta Casa, inclusive para cumprirmos a nossa função de

acompanhar a execução do Orçamento. Então, queremos deixar isso aqui registrado.

Outra questão que já levantei em várias audiências públicas do Orçamento Regionalizado é o fato de termos novamente mais de R\$ 5 bilhões do nosso Orçamento de renúncia fiscal, incentivos fiscais. No Tribunal de Contas houve uma auditoria sobre as isenções e as renúncias fiscais, e chama a atenção uma questão que, na minha avaliação, é extremamente importante. Em nível nacional, como o governo deixou de pagar em dia alguns bancos públicos e agora está pagando com prazos, já é motivo para fazer um movimento de *impeachment* contra a presidente, e aqui não temos regras claras estipuladas sobre renúncia fiscal. Isso é muito grave! O próprio Tribunal de Contas tem dificuldades em fiscalizar todas as renúncias e isenções fiscais porque não tem mecanismos claros para esse acompanhamento.

Então, quero mais uma vez levantar esse tema aqui na tribuna, essa preocupação, e registrar que não somos contrários, mas é preciso esclarecer por que um setor recebe recursos que outro setor, que trabalha na mesma área da economia, não recebe. Essas são questões que quero levantar!

Por último, entendo que teríamos que ter um pouco mais de tempo para discutir, mas as nossas lideranças fizeram esse acordo, e quero entrar no debate que o presidente levantou aqui. Eu acredito que isso não é um debate de um deputado apenas, isso é um debate desta Casa, é um debate da sociedade catarinense e brasileira. O povo está indo às ruas e exigindo mais Segurança Pública, Saúde, etc. E como vamos pagar essa conta? Esse dinheiro tem que vir de algum lugar e não tem jeito. Esse é um debate que mais cedo ou mais tarde precisaremos fazer aqui. Nós criamos aqui um conjunto de mecanismos, ampliamos e hoje temos vários projetos aqui ampliando cargos, ampliando direitos e precisamos discutir de onde vai sair o dinheiro e quem vai pagar toda essa conta, porque a sociedade também nos exige, principalmente o serviço público.

Então, esse é um grande debate que precisamos fazer no futuro. Mais cedo ou mais tarde temos que encarar isso. Existem inúmeras questões. Lá em Brasília aprovou-se a ampliação e o aumento de 72% para a área do Judiciário em nível nacional que vem em cadeia ou efeito cascata. Isso alguém vai pagar! O povo brasileiro vai pagar isso com seus impostos.

Ratifico aqui que esse é o grande debate! Nós mudamos aqui, sr. presidente, várias leis, mudamos o teto inclusive para setores dos nossos servidores públicos, do governador, fomos para o Judiciário e vamos criando benefícios e, depois, quem vai pagar a conta é, de fato, a sociedade e aí necessariamente precisamos discutir a divisão desta conta.

Entendo a preocupação do presidente, mas não é uma lida, não é uma luta, não é um trabalho de um só deputado ou de um só órgão ou de outra organização. Nós precisamos fazer esse debate em conjunto, com toda esta Casa, com todos os srs. deputados, porque essa é uma grande preocupação do futuro do serviço público e um dos grandes debates que temos que travar no país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Obrigado, deputado Dirceu Dresch. Quero aqui enaltecer a compreensão de todos os senhores e senhoras líderes para que avancemos com a nossa sessão.

Com a palavra, para discutir, a próxima oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Entendo a decisão da maioria dos líderes, mas com a minha discordância porque acho que quando se define tempo é para todos os parlamentares que têm igual peso nesta Casa, independente da função que exerce.

Então, entendo que os cinco minutos, nós estamos sendo prejudicados no debate em relação a um tema tão relevante.

O debate com relação ao percentual definido aos poderes parece-me que é um debate profundo,

complexo e que exige de nós muita sensatez. Primeiramente, todos nós temos acordo de que precisamos aumentar os recursos para investimentos. Não é possível que nós continuemos indo para as audiências do Orçamento Regionalizado e no montante de R\$ 25 bilhões do orçamento previsto para o ano que vem, a população possa decidir apenas R\$ 200 milhões. É muito pequeno o valor! Esta é a primeira reflexão que quero fazer: nós precisamos aumentar a capacidade do estado.

Segunda reflexão: ora, como se aumenta esta capacidade do estado? Então, é só o Executivo que tem responsabilidade? É só o Legislativo? É redução do recurso do MP? É redução do recurso do TJ? De quem é a responsabilidade? Parece-me que se o caixa é único a responsabilidade é de todos. Todos nós deveríamos discutir este tema.

E aí vem a terceira reflexão que quero fazer: se nós temos que aumentar o caixa para investimentos, parece-me que precisamos discutir o conjunto. Eu fico muito preocupada quando o próprio Tribunal de Contas diz, na sua manifestação, que desde 2011 vem se expandindo os valores bilionários de renúncia fiscal sem que haja critério estabelecido. Está aqui, não é a deputada Luciane Carminatti dizendo, é o Tribunal de Contas apontando que o governo do estado precisa discutir os critérios de renúncia fiscal.

Nós tivemos de 2011 até 2016 quase R\$ 30 bilhões de renúncia fiscal do que foi, do que está previsto. E aí nós ficamos só discutindo redução de percentual aqui ou ali ou diminuição de três cargos na fusão de duas agências como se isso fosse salvar o estado! Parece-me que isso é muito pequeno! Nós precisamos fazer um debate maior.

Agora, com relação especificamente à manifestação do deputado Gelson Merisio, quero dizer que temos a prerrogativa de fazer proposições, mas temos que reconhecer que o processo foi atravessado porque se temos uma construção dos poderes que vêm até então considerando um percentual fixo sobre a receita líquida disponível, e isso é alterado sem construir uma transição com os poderes, é a mesma

coisa que dizer para alguém que ganha R\$ 1.000,00 que no ano que vem vai ganhar R\$ 800,00. O que pode modificar consideravelmente as minhas despesas e a minha vida.

Então, o que eu quero dizer com isso? Acho que o deputado Gelson Merisio foi muito feliz aqui, talvez tenha faltado construir isso melhor com todos os poderes. E eu volto a dizer, o Executivo tem a maior responsabilidade nisso. Até porque o Executivo tem a maioria dos deputados nesta Casa. Isso o Executivo define e aprova!

Então, precisamos ter responsabilidade com relação a isso, mas quero dizer que conversei com promotores, com juizes, já fui secretária da Educação, estou lá na ponta, sei da dificuldade que é quando não tem dinheiro para uma escola pagar melhor um professor.

Agora, quero que tenha um juiz no município onde não tem, porque isso dá celeridade aos processos. Eu quero um promotor que tenha coragem de mexer quando há desvio de recurso público, mesmo que, às vezes, questionemos os excessos, como ontem eu questionei aqui em relação ao município de Dionísio Cerqueira.

Quero dizer que o nosso foco tem que ser fortalecer as instituições, o estado, e rediscutir os valores, efetivamente, que temos para investimentos em Santa Catarina, porque o valor atual é muito pequeno.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, o sr. deputado Serafim Venzon, por até cinco minutos.

Mais alguém se inscreve para discutir a LDO? Deputado Fernando Coruja e deputado Silvio Dreveck.

Estão encerradas as inscrições. Concluirá depois a discussão o relator, deputado Marcos Vieira, tão logo falem os deputados Fernando Coruja e Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, prezados catarinenses que acompanham esta sessão.

Certamente estaríamos votando a maior lei ou a lei mais importante para o estado de Santa Catarina se de fato aquilo que estivéssemos votando tivesse o valor daquilo que as pessoas imaginam que nós estamos fazendo.

E aqui quero destacar o esforço desta Casa, sob a presidência do deputado Marcos Vieira, presidente da comissão do Orçamento, que não só ouviu as propostas todas que chegaram a esta Casa como também foi para as regionais ouvir as proposições para que fossem incluídas no Orçamento.

Mas eu quero aqui também destacar a iniciativa do presidente Gelson Merisio, que tentou fazer uma emenda para assegurar recursos para os poderes, mas também para discutir os valores que chegam, teoricamente, aos municípios, à população.

E se olharmos como o bolo tributário volta para a população, percebe-se que a coisa é muito mais ampla do que aquilo que nós estamos votando aqui hoje.

Na verdade, vamos votar aqui um esforço que o governo vai fazer durante o próximo ano para, dentro da limitação de recursos que tem, aplicá-los da melhor maneira possível buscando aqui a nossa aprovação. E, infelizmente, as opiniões dos parlamentares nem sempre são possíveis de serem consideradas, até porque se houvesse um governador que ouvisse deputado a deputado e tentasse incluir isso nessa peça orçamentária, certamente, em vez de R\$ 25 bilhões, passaria de R\$ 75 ou de R\$ 100 bilhões a soma das boas propostas que todos temos, mas infelizmente, na prática, como disse a deputada Luciane Carminatti, falta recurso. Como o deputado Dirceu Dresch também destacou, falta recurso para tanto.

Mas estou convicto, apesar da nossa opinião, a opinião de quem vier falar aqui ou de qualquer outra tentativa, inclusive a tentativa do presidente da comissão, deputado Marcos Vieira, é de que certamente não vai ser efetiva do ponto de vista real, de modificar.

Mas temos que destacar aqui a PEC que nós já votamos que torna impositivo o Orçamento, que

falta ser regulamentado. E daí, pelo menos, as sugestões que forem dadas, que forem capitadas no Orçamento Regionalizado, apesar de ser um valor pequeno, como R\$ 200 ou R\$ 300 milhões, mas ao menos impôs aquelas sugestões que foram dadas, sobre as quais muitas pessoas levam a sério e dão opiniões, discutem, votam e depois é anunciado na imprensa o início de outra obra. De fato, depois vai acontecer. Enquanto não for impositivo, qualquer onda negativa pode não ser executada pelo Executivo, não cumprir aquela proposta.

Então, apesar de nós sermos insuficientes, esse é o momento para dizer também à população catarinense que esse esforço de cada um é insuficiente perante as necessidades, mas tem alguma coisa importante a modificar, uma delas, que acho mais importante, é a discussão dos repasses constitucionais, pois a redistribuição do ICMS em Santa Catarina é muito injusta, porque tem municípios que ganham o equivalente a R\$ 155,00 por habitante/ano e o município ao lado, com a população parecida, ganha 15 vezes mais. E isso protegido por uma lei que nós também estamos protegendo.

Então, srs. deputados, esse é um momento importante.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Fernando Coruja, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, srs. deputados, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, por uma introdução da Constituição de 1988 serve para, como o próprio nome diz, para dar as diretrizes para o Orçamento do ano. Nós inclusive fazemos nosso Orçamento Regionalizado antes da LDO. O certo é fazer depois, ou seja, votar primeiro a LDO e depois discutir como é que vai fazer o Orçamento. Mas evidente que isso não prejudica.

A LDO diz no art. 165, § 2º, da Constituição: "Compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Federal, incluindo as

despesas de capital, para exercício financeiro subsequente (tem que constar as despesas de capital), orientar a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá políticas de aplicação das agências financeiras oficiais atualmente."

Eu confesso que neste ano, até por estar chegando na Assembleia, não me detive na LDO, como costume me deter, mas evidente que a nossa LDO é muito simplória porque não contempla os dispositivos necessários à elaboração de Orçamento e repete muito aquilo que a própria lei já diz, ou seja, que têm que seguir a Lei Complementar n. 101, que tem que ter essa alínea no Orçamento, enfim, essas coisas que já existem. Muitas coisas tem que ser repetidas, mas evidente que a nossa LDO tem que ser aperfeiçoada, porque senão ela passará a ser - e isso não é prerrogativa apenas de Santa Catarina, mas de muitos lugares - uma mera formalidade. Está escrito ali obviedades e nós votamos obviedades, sem nos preocupar com a importância que ela vai ter para a elaboração do Orçamento.

Então a nossa lei realmente tem muitas obviedades e faltam metas fiscais e outras questões que têm que ser contempladas aqui.

Acho que o governo precisa trabalhar para deixar as coisas mais claras. Foram levantadas, aqui a questão da renúncia fiscal e outras. Temos uma difícil tarefa neste plenário.

Vejam o que colocou o deputado Gelson Merisio. É claro que nenhum tema é tabu. Temos que discutir todos os temas. E esse tema deve ser discutido. Evidentemente o processo foi um pouco confuso, mas todo tema deve ser discutido. Numa crise, teremos que debater. Então, teremos que debater agora ou daqui a pouco. Uma coisa importante que ele levantou foi a observação de que do jeito que as coisas estão caminhando esse debate virá. E dizia, com relação a um projeto de aumento para um determinado poder, que na minha experiência, no meu quinto mandato legislativo, costume não votar contra nenhum aumento ou contra

a criação de uma vara, porque as vezes não sei a realidade, não conheço. E acabamos votando sempre a favor. Mas, a continuar nesse ritmo, é claro que daqui a alguns anos estaremos discutindo, em termos de necessidades e prioridades, o quanto vamos reduzir em determinada remuneração. É evidente que isso não vai acabar bem. Qualquer um está percebendo que do jeito que está indo a coisa não vai acabar bem. Alguma coisa não vai acabar bem.

Quando discutimos prioridades precisamos entender que prioridades não são necessidades. As necessidades são amplas, Saúde, Segurança, Educação e outras coisas. Quando se discute prioridade é preciso esclarecer. Se existem mil necessidades e podemos realizar apenas dez, temos que saber onde vamos colocar essas dez. Isso é discutir prioridade. Temos que discutir as prioridades, saber escolher e dizer aonde serão colocados determinados recursos. Esse é nosso papel.

O deputado Gelson Merisio falava em intenção, porque foi mal interpretado na sua intenção. Em política, ninguém pode ficar analisando a intenção de "a" ou de "b". Se ficarmos fazendo isso, nós não avançamos. Precisamos ver o que está colocado ali. Temos que discutir as prioridades. São R\$ 10,00 para lá, R\$ 10,00 para cá. Temos que votar as coisas e não ficar discutindo de forma simplória, às vezes, se o fulano teve essa ou aquela intenção. Temos que ser objetivos e tomar as decisões que precisam ser tomadas, porque fomos eleitos para isso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, vou procurar economizar o tempo, mas não poderia deixar de fazer alguns registros. Primeiramente, o debate realizado hoje com relação à manifestação do presidente, deputado Gelson Merisio, é um debate

do qual não poderemos fugir, concordo com ele. Como poderemos fornecer um serviço público de qualidade, em todas as instituições, seja no Legislativo, Executivo, Judiciário ou Ministério Público e outros? Portanto, cabe a nós, sim, retomar esse assunto oportunamente sem trazer qualquer prejuízo às instituições. Não podemos fugir desse debate.

O segundo assunto que penso e acredito ser relevante é que chegará a hora de assumirmos o debate e tomarmos uma decisão ao que diz respeito ao *Déficit* Previdenciário do Estado de Santa Catarina, ou seja, aquilo que se arrecada pelo Instituto de Previdência e o que se paga a diferença é de R\$ 3 bilhões em 2015. Portanto, quem vai pagar é a população catarinense.

E vale assumirmos esse compromisso de tratar desse assunto o mais breve possível para fazer aquilo que a população se manifestou lá em 2013 quando foi para as ruas pacificamente dizendo que queria melhor Saúde, melhor Educação, um melhor sistema viário e, nós, queremos menos corrupção. Portanto, cabe a nós tomarmos a iniciativa de atender esses anseios através dos debates, das decisões que tomarmos.

Assim, esses dois registros que vão à convergência do que o presidente colocava ou colocou melhor aqui nesta tribuna.

E, antes de encerrar, sr. presidente, o Orçamento que iremos votar aqui hoje, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, é a matéria mais importante para a população catarinense, não apenas no debate, mas também para que todos saibam o que será feito, o que será realizado na Saúde, na Educação, no Sistema Viário, na Segurança, na Agricultura, na Assistência Social, enfim, em todas as atividades do serviço público de obras que serão realizadas.

Por conta disso, de antemão, quero conclamar todos os parlamentares que votem com o projeto porque estaremos votando a favor do povo catarinense e tenho certeza de que o relator, o eminente deputado Marcos Vieira, no seu relatório vai-se manifestar e fazer os apontamentos sobre o

que o estado poderá utilizar para o ano de 2016, qual é a previsão e quais as ações que serão realizadas e os recursos que serão aplicados.

Portanto, sr. presidente, encerro a minha fala até para dar oportunidade ainda ao relator que, certamente, utilizará mais tempo do que eu.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck por suas colocações.

Com a palavra o próximo orador inscrito, para discutir, o deputado Marcos Vieira, por dez minutos. Mas certamente, se necessário, terá a aprovação dos srs. deputados para usar a tribuna por mais tempo.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, vou iniciar a minha fala na defesa da aprovação do Projeto de Lei n. 0110/2015, da Lei de Diretrizes Orçamentárias. E permita-me corrigir v.exa., deputado Leonel Pavan: usarei a tribuna por até dez minutos e não por dez minutos. Até porque quero iniciar a minha fala cumprimentando também a imprensa, às senhoras e os senhores telespectadores.

E quero falar, primeiramente, da grande audiência que tivemos nas audiências do Orçamento Regionalizado, nas duas etapas. Na primeira etapa, que compreendeu todo o meio-oeste, o oeste e o extremo oeste de Santa Catarina; e na segunda etapa, que compreendeu o litoral central, o alto vale, o vale, o norte e o planalto norte de Santa Catarina.

São 32 audiências públicas no total do Orçamento Regionalizado, das quais 28 já foram realizadas. Deu uma média de presença, segundo as estatísticas do deputado Kennedy Nunes, tanto de autoridades quanto da sociedade civil organizada, de nove a dez deputados por cada audiência pública e mais de 1.500 autoridades. E elas estão se revestindo do mais alto interesse da população.

Mas quero, senhoras e senhores, falar um pouquinho sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias,

das duas emendas que apresentei e também dirigir-me ao deputado Dirceu Dresch que disse nesta tribuna que não teve tempo para fazer as emendas porque o Regimento Interno estabelece 12 dias para apresentá-la.

Quero dizer ao deputado Dirceu Dresch, e é por isso que fiz a brincadeira com o presidente, deputado Leonel Pavan, de até dez minutos, porque o nosso regimento interno estabelece o seguinte: "Art. 289. Publicado o parecer preliminar, abre-se prazo de até doze dias para a apresentação de emendas [...]" E acordamos na comissão de Finanças e Tributação, como é tradição, a fixação de um calendário de tramitação, também aprovado pelo deputado Dirceu Dresch, de 22/06 a 26/06 para apresentação das emendas. Então, tudo rigorosamente dentro do prazo.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Marcos Vieira, apenas gostaria de fazer uma pequena correção. V.Exa. falou em 1.500 lideranças, mas na verdade, foram 1.117 apenas na segunda etapa e 1.500 na primeira. Então, somadas as duas etapas, temos quase três mil lideranças que foram ouvidas nos dois roteiros do Orçamento Regionalizado.

Obrigado!

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - O sr. é um bom estatístico. Parabéns!

Mas, sras. deputadas e srs. deputados, hoje estamos cumprindo mais uma etapa do calendário de votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Quero aqui pegar um gancho também na fala do deputado Fernando Coruja quando ele tratou da Lei de Diretrizes Orçamentárias na tribuna desta Casa. E é verdade! De repente a LDO não se torna uma peça importante no que diz respeito à fixação das diretrizes para elaboração do Orçamento do estado de Santa Catarina.

Mas neste ano a tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias se dá numa situação excepcional. E é verdade, também, nós não tivemos os anexos remetentes pelo Poder Executivo. E tem-

se a sua razão do por que não termos os anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias inseridos no Projeto de Lei. É porque este ano - e por isso da realização de 32 audiências públicas do Orçamento Regionalizado - é que nós não estamos escolhendo somente as ações a serem incluídas no Orçamento do estado, mas as audiências públicas se revestiram também de uma importância muito grande que foi a escolha das 12 ações a serem inseridas no Plano Plurianual.

E é exatamente por isso que as metas não foram anexadas ao corpo do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias porque o nosso PPA está terminando no dia 31 de dezembro e nós estamos na fase da elaboração do novo PPA para o quadriênio 2016/2019. E como o PPA tem a sua tramitação obrigatoriamente posterior a da Lei de Diretrizes Orçamentárias, não temos como incluir os anexos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Por isso, antes da sua tramitação, nesta Casa, levei ao conhecimento do presidente e do governador que, talvez daqui a três anos devêssemos fazer uma modificação, uma alteração na legislação, para que possamos iniciar a tramitação primeiramente do PPA, depois da Lei de Diretrizes Orçamentárias e, por último, da LOA, na Assembleia Legislativa. Isso quando ocorrer, evidentemente, a elaboração de um novo PPA.

Mas, senhoras e senhores, no meu relatório que restou aprovado no dia de hoje, na comissão de Finanças e Tributação, foram aprovadas duas emendas de autoria do relator. A primeira delas obrigando o Poder Executivo a remeter a esta Casa, quando da remessa dos projetos de lei, não mais apenas o físico, mas por meio magnético também. Ou seja, a emenda que nós apresentamos e que restou aprovada foi que daqui por diante o Poder Executivo os remeterá não apenas de forma física, mas também por meio magnético. E a outra emenda foi de fortalecer as audiências do Orçamento Regionalizado dando prioridade àquelas ações escolhidas pelas audiências do Orçamento Regionalizado.

As demais emendas do deputado Fernando Coruja e do deputado Leonel Pavan foram rejeitadas. E no que diz respeito à emenda do deputado Gelson Merisio, eu a incluí no meu relatório por convicção, por entender necessário fazer esse grande debate que é o da remessa do duodécimo para os poderes e demais órgãos do estado.

Mas tendo em vista que sua excelência ainda no sábado me comunicou e remeteu um requerimento, pedindo o cancelamento da emenda, eu fiz questão de não examiná-la no âmbito interno da comissão. Por isso, o relatório só restou aprovado com duas emendas.

Então, sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, em razão do relatório aprovado na comissão de Finanças e Tributação peço a aprovação do Plenário.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Eu apenas quero reafirmar que entendo ser importante para este Parlamento termos as metas e as prioridades dentro da Lei de Diretrizes Orçamentárias. E sobre a questão dos prazos, deputado Marcos Vieira, eu não lembro, em nenhum momento, de termos discutido só os cinco dias, inclusive é contra o nosso Regimento. Eu quero apenas deixar isso registrado! Discutimos, sim, o calendário das audiências regionalizadas e dos cinco dias que foram dados para os srs. parlamentares fazerem as emendas.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Eu quero falar sobre a emenda que apresentei e que o deputado Marcos Vieira não acatou. Eu apresentei

esta emenda que tinha por finalidade contemplar no Orçamento para o ano que vem, recursos para uma eventual aprovação do orçamento impositivo, que é uma emenda constitucional que está tramitando nesta Casa. Não foi acatado e não vamos destacar, até porque esse orçamento impositivo possivelmente não é matéria para ser aprovada neste ano, e vamos deixar para o ano que vem contemplar na LDO do ano 2016.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sobre o que diz respeito à fala do deputado Fernando Coruja, na verdade, nós já temos aprovado na Constituição do Estado a inserção dos arts. 120a e 120b tornando o orçamento impositivo, o que falta é a regulamentação, que deverá dar-se por intermédio de uma lei complementar, que pode ser por iniciativa do Poder Executivo - o que eu acho que não irá acontecer -, e também pode ser por competência privativa da comissão de Finanças e Tributação.

E nós já assumimos o compromisso de, ao iniciar o segundo semestre, elaborar o projeto de lei que fará a regulamentação do Orçamento Regionalizado Impositivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação o Projeto de Lei n. 0110/2015.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0100/2015, de procedência governamental, que altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, aprovado pela Lei n. 15.722, de 2011.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0169/2015, de procedência governamental, que institui o Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde (INVESTSAÚDE) e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Saúde.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Preliminarmente, votaremos o requerimento, de autoria do deputado Fernando Coruja, que requer votação em separado do destaque do § 2º do art. 4º ao Projeto de Lei n. 0169/2015.

Esta Presidência defere o requerimento e vai votar de forma separada a emenda.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Fernando Coruja, para discutir por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Uma consulta. Eu fiz dois destaques a esse projeto, preciso saber quais são.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - São dois destaques, os dois acatados e vamos votar em separado as duas emendas.

Destaque do § 2º art. 4º e também o § 2º do art. 4º.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Estamos votando agora qual?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Estamos votando o § 2º do art. 4º, mas v.exa. vai usar a palavra para defender os dois, deputado Fernando Coruja.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, eu gostaria que fosse em separado todas as duas votações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A votação será separada, mas a discussão será uma só. Não tem nenhum sentido fazermos duas discussões da mesma matéria. Nós estamos votando emendas ...

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Mas são assuntos diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Mas v.exa. pode discorrer sobre os dois assuntos, não tem problema.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Então, ele defende uma, nós votamos, e depois ele faz a justificativa da outra. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputada Ana Paula Lima ...

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - É só uma pergunta para esclarecer a situação a todos os srs. deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputada Ana Paula Lima, a ideia é estabelecermos um debate amplo dentro do possível. Como temos 40 deputados, cinco minutos cada deputado, se cada um for exercer o seu direito vamos aqui virar a noite e não vamos acabar. Como nós temos oito destaques, se formos fazer cinco minutos para cada deputada, para cada destaque, na semana que vem terminamos de votar. Todos tem o mesmo direito!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Que coisa boa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Então, serão cinco minutos para cada deputado em cada um dos projetos que serão discutidos.

Vamos discutir agora o Projeto de Lei n. 0169/2015, e o deputado Fernando Coruja, terá cinco minutos para discutir as emendas e os destaques do Projeto de Lei n. 0169/2015.

Está aberto o tempo!

Com a palavra o deputado Fernando Coruja, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Eu vou discutir vários destaques, mas o PL é um outro assunto. Eu acho que se formos incorporar os três assuntos daí não vai dar certo. V.Exa. é o presidente da Casa, mas evidentemente que temos um regimento para ser seguido.

Bom, esse projeto cria um fundo de investimento de saúde no estado de Santa Catarina e este fundo de investimento é diferente do fundo de saúde que já existe. Esse fundo é composto, segundo o projeto, de um recurso que é um financiamento do BNDES, do inciso II estabelece que é um recurso de correção, juros, correção financeira desses próprios recursos e um terceiro inciso que diz qualquer outro recurso orçamentário.

Aqui nós temos uma discussão básica, porque o projeto estabelece que esses recursos só podem ser aplicados em despesas de capital.

Evidente, que eu sei que os recursos do BNDES, deputado Silvio Dreveck, é um financiamento só pode ser empregado em despesa de capital porque é um recurso carimbado e ninguém vai aqui discutir outra questão. Mas está sendo colocado no inciso III, que diz que qualquer recurso pode ter esse fundo.

Então, entendo que não é possível limitar para que esse fundo seja só despesa de capital, para que esses outros recursos possam ser aplicados naquilo que os hospitais vieram reclamar aqui ontem, que é o custeio e a manutenção, porque senão nós corremos o risco de todo o recurso da saúde sair do fundo estadual de saúde, que já está, e vir para esse fundo e ficar apenas para investimento à disposição do próprio exercício do mandatário, no caso específico, do secretário da Saúde. Esse é um destaque. Eu quero que tire a questão de recurso só de capital.

O segundo destaque, que é o terceiro, diz respeito a uma questão introduzida nesse fundo que diz que esses recursos não serão sujeitos às secretarias regionais. Ora, a lei que criou as

secretarias regionais estabelece que preferencialmente os convênios, a execução, a licitação seja feita pelas secretarias regionais. Uma matéria muito cara ao falecido governador Luiz Henrique da Silveira.

Então, estamos querendo que isso saia do projeto, seja suprimido o § 3º para que não se tire esta impossibilidade das secretarias Regionais continuarem o seu papel que é o papel exatamente de descentralizar e desconcentrar.

Nós vamos ter a oportunidade de discutirmos aqui a Reforma Administrativa, que chegou nesta Casa recentemente em que o governador pretende mudar para agências e ele faz uma alteração que não é só diminuir aqueles cargos que falou, mas ele tira toda a capacidade executiva das secretarias regionais.

Temos que discutir isso porque se tirar toda a capacidade executiva das secretarias regionais, aí teremos que concordar com alguns que falam que é melhor não ter secretaria regional, porque ter secretaria regional apenas para um exercício fictício de poder não tem finalidade.

Então, sugiro que suprimamos o § 2º para que as despesas não sejam apenas de capital e suprimamos o § 3º aquele que impede ou diz que as secretarias regionais não vão preferencialmente exercitar o seu poder de licitar e outras questões.

Em relação ao projeto vou votar a favor, mas sugiro essas duas mudanças para que possam fazer aperfeiçoamentos.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Pois não!

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Só fazendo um aparte à sua fala, deputado Fernando Coruja, referente à questão do § 3º do art. 4º.

Gostaria de dizer que suprimindo esse parágrafo não vamos prejudicar em nada o texto original do governo. Esse parágrafo foi introduzido em outros projetos com o mesmo texto, é cópia: Ctrl-c, Ctrl-v para dentro deste projeto de lei. E foi introduzido justamente por quem ou

desconhecem as secretarias regionais ou não gostam das secretarias, porque nada mais justo você permitir que uma região discuta as prioridades, permitir com que o secretário que está lá possa conveniar e, acima de tudo, trabalhar em prioridades reais.

Então, por isso eu comungo porque a emenda que suprime o § 3º do art. 4º é emenda de minha autoria. Comungo e parablenzo pela defesa do tema.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Eu vou encerrar, sr. presidente. Evidentemente, o deputado Gelson Merisio saiu.

Acho que o Parlamento é um local para debatermos, discutirmos. Esse é um projeto complexo em que fiz dois destaques, evidentemente que em cinco minutos não é possível debater, procurei ser rápido aqui.

Quero dizer que eu, sinceramente, Fernando Coruja, tenho toda a noite para ficar aqui e todo o tempo também para debater, porque acho que esse é o nosso papel. Não tenho nenhuma pressa de ir para a casa.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Obrigado, deputado Fernando Coruja.

Com a palavra, para discutir, o próximo orador inscrito, deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero discutir o projeto, quantos minutos eu tenho?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - V.Exa. tem cinco minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, com todo respeito ao deputado Fernando Coruja que tem nos ensinado em alguns momentos no Parlamento Catarinense, mas me permita a divergência da sua posição e dos destaques das suas emendas.

Na verdade, sr. presidente, nós defendemos e entendemos o objetivo da criação das secretarias regionais há 12 anos, cumpriram o papel, foi importante, agora serão transformadas em agências, mas ainda promove essa ponte entre as regiões,

principalmente do interior com a capital e com as secretarias.

No que se refere à saúde, precisamos fazer aquilo, sr. presidente, que as organizações sociais fazem nas gestões dos hospitais quando elas têm autonomia para comprar sem licitar, para demitir, contratar, etc.

A essência da gestão pública ou privada das últimas duas décadas, segundo os escritores, é exatamente eliminar níveis de hierarquia, desburocratizar, dar celeridade, e a celeridade, a desburocratização no que diz respeito ao repasse de recursos para a Saúde é essencial.

Então, nós remetendo esses recursos para que façam os convênios através das secretarias regionais, estamos remetendo para outro nível de hierarquia, no caso da saúde, e, portanto, estaremos dando morosidade ao repasse desses recursos e a efetivação dos convênios com as prefeituras e com os hospitais, deputado Fernando Coruja. Essa é a grande verdade!

Então, eu sou frontalmente contra a emenda porque vai gerar morosidade, vai demorar para efetivamente fazer os convênios com as prefeituras e com os hospitais. E, quando se trata de Saúde, nós temos que ter celeridade e rapidez para que o dinheiro do Fundo possa chegar na ponta o mais rápido possível para salvar vidas.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) -

Com a palavra, o próximo orador inscrito, deputado Gean Loureiro.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, eu faço a discussão daqui mesmo, até porque sou autor, junto com o deputado Dirceu Dresch e o deputado Antônio Aguiar, de duas emendas que buscam, de certa forma, aperfeiçoar a matéria.

Nós tivemos uma discussão na comissão de Finanças e Tributação sobre o fato de essa emenda vir a prejudicar o objeto principal, que seria celebrar o convênio com o banco financiador, que vai dar o aporte inicial para o Fundo.

De certa forma nós fizemos um estudo e entendemos de maneira clara que o fato da lei que cria o fundo prever que os investimentos podem ser realizados no custeio, que é onde temos as maiores demandas e maiores necessidades, o que não impede de firmar um convênio com o BNDES, deputado Dirceu Dresch, com o BRDE, com outro banco, que nesse convênio de financiamento é exclusivamente para aquele fim. Ele não vai poder firmar o contrato de financiamento se a lei não prevê que cabe para o fim definido do contrato de financiamento. A lei proposta prevê isso e prevê mais, permite que haja outras fontes, que nós nem sabemos quais são, para que possa, daí sim, poder investir no custeio, que é o que nós mais precisamos.

Hoje em dia nós estamos vendo a realidade dos hospitais, a necessidade dos exames de alto custeio e alta complexidade, e que não podem se realizar.

Houve até uma concordância na comissão, onde todos acabaram se manifestando. Entretanto, depois, no entendimento de alguns membros parcial da comissão de Saúde, entendeu por aprovar só o texto original. E outra emenda é só para encaminhar a esta Casa as informações. Encaminha as informações para onde vai ser. Encaminha ao Conselho Estadual de Saúde.

Eu acho que o direito à informação é o mínimo que esta Casa tem que cobrar, o nosso objetivo principal é esse.

Então, gostaria, não querendo ser dono da razão, mas trazer uma proposição de que o entendimento da emenda apresentada teve o único objetivo de aperfeiçoar e abrir um leque maior no futuro, porque se esse convênio do BNDES é exclusivo para isso, usa-se exclusivamente para isso, não pode se desvirtuar, porque a partir do momento que o contrato for firmado de financiamento, ele só pode fazer para aquilo, sob pena de irregularidade do cumprimento do contrato de financiamento. E quando o líder do nosso partido solicitou, em conjunto com o deputado Dirceu Dresch e comigo, na comissão de Finanças e Tributação, que somos membros, e por isso nós

apresentamos, e não com todos os parlamentares, o nosso objetivo é ter esse entendimento, sim, que pode ser feito.

Cabe, obviamente, ao Poder Executivo, se entender que não cabe, que é só o texto original, vetar a matéria na frente, mas o entendimento agora é de termos um investimento mais amplo na Saúde, com as garantias que são apresentadas.

Então, trago essas explicações no intuito de pedir o voto favorável as emendas, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Nós temos inscritos os deputados José Milton Scheffer, Dr. Vicente Caropreso, Serafim Venzon e, obviamente, a deputada Ana Paula Lima. E para concluir a discussão destes itens o deputado Silvio Dreveck, líder do governo.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, a sra. deputada Ana Paula Lima, Até por uma questão de inscrição.

A SRA DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Da mesma forma sr. presidente, ontem, quando avaliamos este projeto na comissão de Saúde, na qual fui relatora, acatando todas as emendas já aprovadas na comissão de Finanças e Tributação, infelizmente, na comissão de Saúde passou um outro entendimento.

Mas quero aqui ser solidária ao destaque apresentado pelo deputado Fernando Coruja na supressão do § 2º do art. 4º, por entender que esse projeto pode fazer o custeio dessas entidades.

Depois de muito estudo com a assessoria do gabinete e da comissão de Saúde verificamos que não vai ser aportado neste fundo somente recursos de financiamento do BNDES. Vem de outras fontes também. Essas outras fontes podem fazer esse trabalho que os nossos hospitais filantrópicos fazem, que é a grande dificuldade da Saúde, que é o custeio. Não adianta fazer investimentos nessas áreas se tem que pagar a folha de pagamento, pagar os exames de alta complexidade, os materiais

cirúrgicos, que é a grande dificuldade dessas entidades.

Então, o nosso voto, tenho certeza, da bancada do Partido dos Trabalhadores, é favorável ao destaque da supressão do § 2º, do art 4º.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, nós temos que, primeiramente aqui, considerar a importância desse projeto para a Saúde. É claro que a prioridade do sistema de saúde hoje é custeio. Mas nós estamos tratando de um projeto que tem um fundo, cujo agente financiador é o BNDES, que tem a mesma matriz do Fundam - Fundo de desenvolvimento Municipal -, que é para investimento. O BNDES não libera dinheiro para custeio. Se assim liberasse, tenho certeza, o estado estaria utilizando esses recursos para custeio dos seus próprios hospitais. E nós ao autorizarmos a palavra "custeio" ou tirarmos "investimento de capital", podemos estar cometendo dois erros: ferir de morte esse projeto, ou seja, fazer com que o BNDES não aceite colocar mais recursos seu neste fundo, e aí penalizarmos a nossa Saúde; e o próprio governo do estado, como já fez com o Projeto Revigorar, utilizar o dinheiro para o custeio dos seus próprios hospitais em prejuízo dos hospitais filantrópicos e outras instituições que serão beneficiadas com esses recursos.

Por que ele fala em investimento? Ele tem o mesmo modelo do Fundam. Se fosse utilizado apenas pela secretaria da Saúde, usaria apenas os hospitais públicos do estado, mas como ele está hoje permite com que um hospital de Palhoça, um hospital de Itajaí, de Blumenau, de Indaial, utilizem esses recursos de forma separada. E o BNDES coloca num único fundo na secretaria da Saúde. Ao separarmos, nós podemos estar inviabilizando e ferindo de morte uma lei que vem

ajudar o nosso sistema de saúde, seja ele público, comunitário, privado ou religioso.

Por isso, que nós optamos por não tirar a palavra "investimento de capital", manter isso, até porque a Saúde já tem um Fundo Estadual da Saúde que pode receber recursos de diferentes fontes. Nós já temos um fundo que é acompanhado pelo Conselho Estadual de Saúde e também pelos conselhos regionais de saúde em cada região deste estado. Já temos a participação popular.

Além disso, quando nós falamos no modelo do Fundam, que foi aprovado por nós aqui, ele também não passava pelas secretarias regionais. Nesse momento, estamos precisando do BNDES e temos que ter agilidade na documentação, senão vamos perder dinheiro, como já perdemos até do Fundo Social em diversas operações, porque tem que aprovar no conselho, tem que passar pelo secretário, pelo gerente e demora muito. Esse modelo do BNDES de projetos tem que ter uma celeridade. Por isso que não está passando pelas secretarias regionais, sem nenhum demérito da importância dessa secretaria e da descentralização das ações, mas é um modelo, a matriz financeira desse projeto que assim exige.

Por isso que nós acabamos retroagindo da nossa posição na comissão de Finanças e Tributação e lá na comissão de Saúde acabamos optando pelo modelo original feito pelo governo do estado, e aí cito o governador Raimundo Colombo, o vice-governador Eduardo Pinho Moreira e o secretário da Saúde que, juntamente com a secretaria do Planejamento fizeram essa proposta já consoante com a matriz financeira do BNDES.

Por isso vamos votar pelo projeto original que veio a esta Casa, pois esse é o caminho para beneficiar a Saúde de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Dr. Vicente Caropreso.

Determino também a abertura do painel para que os deputados possam proceder à votação do § 2º do art. 4º.

Os últimos deputados inscritos para falar seriam os deputados Dr. Vicente Caropreso e Serafim Venzon, mas vamos abrir uma exceção ao deputado Dalmo Claro, pela sua condição de médico.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Sr. presidente e srs. deputados, ontem, na comissão de Saúde, esse projeto já sofreu um grande debate. Foram discutidas por quase uma hora e meia essas duas possibilidades abertas pelo nobre deputado Fernando Coruja a respeito do modo de utilização, se custeio e investimento. Também houve outra avaliação no sentido de ver se esse trâmite teria que passar obrigatoriamente pelas SDRs para ser avaliado em cada uma das regiões. Foram vencedores, com o voto da maioria, os que optaram pela manutenção do texto original enviado pelo governador do estado e pela secretaria da Saúde.

Tenho que parabenizar o secretário da Saúde pela vontade de ajudar os hospitais filantrópicos, as Santas Casas, na questão de melhorar a qualidade do serviço, prevendo recursos para a ampliação, reforma, aquisição de equipamentos e outros bens para melhorar a qualidade na Saúde.

Para este deputado fica bem claro que, se foi tomado um dinheiro do BNDES para investir nos hospitais, deve-se investir neles. Custeio para mim é uma palavra escamoteada. Não sei o que é esse custeio entre aspas, nessa condição de um dinheiro que está sendo tomado em empréstimo do governo federal, que na realidade é para acabar com o rombo da famigerada tabela do SUS. Essa é a grande verdade. Os hospitais filantrópicos estão quebrados na maioria, alguns estão fechando as portas por causa da tabela do SUS que está desatualizada. Então, o estado não pode, agora, adquirir empréstimo da União e pagar juros por causa de uma dificuldade que a própria União nos inflige. Então, sou favorável à manutenção do texto original.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Gostaria de saber se estamos votando as emendas do deputado Fernando Coruja ou se estamos votando o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Deputado, vou esclarecer o que estamos discutindo neste momento e o que está aberto no painel. Ficou muito claro quando da defesa do deputado Fernando Coruja que teremos duas votações: a primeira votação é relativa ao § 2º do art. 4º, cujo painel está aberto agora. Para os deputados e as deputadas que entenderem que já podem proferir seu voto, está aberto o painel de votação. Os deputados que entenderem que não estão preparados ainda votam no final.

Trata-se do § 2º do art. 4º. Estamos votando a emenda.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Portanto, diante disso, sr. presidente, quero aqui aproveitar para esclarecer também o que já disseram os deputados que me antecederam que essas emendas, já ficou muito claro, elas não colaboram com o projeto, que é exclusivo para investimentos e nós temos no Fundo estadual, como disse aqui o meu colega deputado da minha bancada, José Milton Scheffer, esclarecendo que há o Fundo Estadual para Custeio e este dinheiro é exclusivamente para investimento.

E ele colocou com muita propriedade que não podemos aqui tornar esse projeto levando ele a óbito, em outras palavras. Portanto, vamos votar contra as emendas para o bem da saúde de Santa Catarina, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Eu gostaria, srs. e sras. deputados, por favor, 30 segundos de atenção.

As pessoas, os nossos caros colegas, estão em dúvida com relação à votação. Eu vou zerar totalmente o painel.

Nós estamos votando, a partir do painel zerado, o § 2º do art. 4º, defendido pelo deputado Fernando Coruja há pouco na tribuna e, seguindo

orientação do líder do governo que acabou de se manifestar.

Os deputados que tiverem condições de votar podem fazê-lo, aqueles que ainda não quiserem votar, acaba a discussão com a fala do deputado Dalmo Claro.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o § 2º do art. 4º e os que votarem "não" rejeitam-no.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Votando "sim" aprova o § 2º do art. 4º?

A Sra. Deputada Ana Pula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Apenas, para não confundir. Nós estamos, agora, votando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Estamos votando o § 2º do art. 4º.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - E continua aqui as discussões? Do quê? Das emendas ou do projeto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Das emendas. O projeto já foi discutido.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Aonde?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - o artigo diz o seguinte: "Os recursos do Invest deverão ser aplicados exclusivamente em despesas de capital."

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Então nós estamos discutindo os destaques do deputado Fernando Coruja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Nós estamos discutindo o § 2º.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, esse é um destaque para votação em separado.

Então, nós estamos votando, na verdade o § 2º?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Sim. Estamos votando o § 2º do art. 4º.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Então, apenas para não dar confusão, quem quiser manter o § 2º do art. 4º vota "sim", número um; e quem quiser retirar vota "não". Porque não é uma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Não. É um parágrafo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - É um parágrafo.

Então, quem quiser manter vota "sim" e quem quiser retirar vota "não". Apenas para ficar claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, queria destacar aqui um ponto de vista que o deputado Dr. Vicente Caropreso já defendeu.

Ontem recebemos aqui os diretores de hospitais, a maioria dos deputados estava aqui e ouviu. A dívida dos hospitais passa de R\$ 200 milhões. Por que eles têm essa dívida? Porque cada procedimento que realizam pelo SUS que custa de R\$ 500,00 a R\$ 600,00; o SUS paga R\$ 200,00 a R\$ 300,00.

Está demonstrado que aquilo que os hospitais filantrópicos gastam, para o estado ou para a União custam quatro ou cinco vezes mais.

Então, o § 2º, sr. presidente, significa nós autorizarmos o governo do estado a pagar aquilo que o governo federal deveria ter pagado, quando no repasse do AIH, repassasse um valor que, de fato, cobrisse o custo do procedimento.

O valor de uma Autorização de Internação Hospitalar, hoje, é igual ao valor de 16 anos atrás.

Então, o que é que o BNDES está sonhando? Ora, o governo federal não paga, ou paga defasado, o governo do estado emprestaria o dinheiro para daí devolver com juros aquilo que o governo federal deveria pagar.

Portanto, aqui, srs. deputados, colocarmos esse recurso para cobrir custeio, primeiramente, não cobre nem metade daquilo que os hospitais estão devendo. Então, seria jogar um saco de açúcar no rio, um valor precioso que não faria efeito algum.

Então, o PSDB, como o deputado Dr. Vicente Caropreso e o deputado Leonel Pavan já se manifestaram, o deputado Marcos Vieira já se manifestou quanto ao seu relatório, votamos contra esse parágrafo. Nós votamos o número dois justamente para dizer que essa conta tem que ser paga pelo governo federal no valor da AIH.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta por um minuto. E depois vamos para a votação.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, eu talvez precise de mais de um minuto, apesar de que como inscrito eu poderia falar os cinco minutos também.

Eu queria levantar uma dúvida, porque sou favorável que vá recursos, inclusive para custeio de hospitais, mas o projeto fala de recursos oriundos do BNDES, que são destinados a investimentos. Então eu quero inclusive que haja este esclarecimento por que se de repente nós tirarmos isso e isso ocasionar o prejuízo do projeto como um todo, nós não vamos votar porque não queremos perder este recurso para Saúde. Então eu queria que isso ficasse bem claro para votarmos com garantia de que...

Sou favorável à emenda, mas se a emenda prejudica o projeto, então, não vou ser favorável

à emenda. É isso que eu queria que tivesse esclarecimento.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, na verdade são duas as situações: o requerimento do destaque e aquilo que vai ser votado A decisão de acatar o destaque foi tomada monocraticamente pelo presidente. Ok?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Perfeito!

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Então a votação quanto ao destaque não cabe ao Plenário, foi monocrático ao presidente. O que cabe agora nós votarmos é a manutenção do § 2º do art. 4º no texto da lei ou não.

E se todos aqueles que quiserem manter o texto original votem um e quem quiser retirar do texto da lei o § 2º do art. 4º vota dois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Exatamente. Esse é o encaminhamento!

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Então, o destaque não se discute mais, foi uma decisão monocrática do presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Está acatado!

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - O que temos que votar agora é a supressão ou não do § 2º do art. 4º.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Projeto original um, quem quiser suprimir dois. Está claro?

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - É só para uma questão de esclarecimento, sr. presidente.

O deputado Neodi Saretta e o deputado José Milton Scheffer têm razão. Por quê? Porque se nós suprimirmos o § 2º do art. 4º que define investimento de capital e dá a possibilidade para custeio, corremos o risco de prejudicar o financiamento junto ao BNDES. Essa é a grande verdade!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Votação em destaque do § 2º do art. 4º do Projeto de Lei 0169/2015, que institui o Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde (INVESTSAÚDE) e estabelece outras providências.

Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o líder do governo, deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, sr. presidente!

Para finalizar depois de muito debate, a nossa orientação, o nosso pedido, não o meu, mas do estado de Santa Catarina, é votar um no projeto original, sr. presidente. Esse é o encaminhamento!

O Sr. Deputado Gean Loureiro - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, com líder de bancada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Solicito a assessoria que abra o painel eletrônico para procedermos a votação nominal. Sr. deputado Gean Loureiro estamos votando.

Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Gean Loureiro.

O Sr. Deputado Gean Loureiro - Na condição de vice-líder da bancada do PMDB, conversando com os nossos pares e acatando o que preceitua o nosso líder, deputado Antônio Aguiar, eu, o deputado Dirceu Dresch, em conjunto que combina com o destaque solicitado pelo deputado Fernando Coruja, nós estamos solicitando o voto dois. Para que possamos suprimir esse parágrafo permitindo com

isso a abertura e o investimento também em custeio. Então, a orientação da bancada do PMDB é voto dois.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider)- Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente eu gostaria de orientar a bancada do PSD e pedir o apoio das demais bancadas para manutenção do texto original. Para que nós possamos realmente não criar um problema com relação à questão do BNDES e outras questões. Então para o texto original peço o voto um, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Solicito aos srs. deputados e sras. deputadas que exerçam o seu direito de voto.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Só para fazer um registro, sr. presidente, e para amenizar os ânimos, e que v.exa. possa tomar um pouco de água também, eu quero registrar os deputados jovens da cidade de Garuva, que estão participando desta sessão, e que trouxeram uma Indicação e um Projeto de Lei, sendo que a Indicação pede que as escolas públicas estaduais possam ter aulas extracurriculares do ensino de libras, e temos uma aluna não auditiva, e os colegas da sua sala de aula consegue conversar com ela por conta que os alunos aprenderam a se comunicar em Libras, por isso, eles estão querendo que isso seja extracurricular. E o segundo registro, é que o Projeto de Lei que trouxeram pede para transformar o município de Garuva no paraíso das águas.

Eu quero agradecer em nome deste Parlamento a todos esses parlamentares jovens que estão presentes nesta Casa. Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Aldo Schneider) - Os deputados que votarem "sim" mantêm o projeto da forma original e os que votarem "não" suprimem o § 2º do art. 4º.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MARIO MARCONDES	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NÍKOLAS REIS	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	sim
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI

não

DEPUTADO VALMIR COMIN

sim

Está encerrada a votação.

Votaram 37 srs. deputados.

Temos 27 votos "sim" e dez votos "não".

Está mantido o § 2º do art. 4º do Projeto de Lei n. 0169/2015, que institui o Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde (INVESTSAÚDE).

Discussão e votação em destaque do § 3º do art. 4º do Projeto de Lei n. 0169/2015, que institui o Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde (INVESTSAÚDE) e estabelece outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o § 3º do art. 4º e os que votarem "não" suprimem.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, votando um mantêm o texto original, votando dois nós vamos suprimir o § 3º do art. 4º, que não mexe em nada na essência do projeto porque embora tenha a sua retirada, trazendo à baila novamente o art. 79 de uma lei complementar, esta lei em seu texto refere-se, preferencialmente, às secretarias regionais.

Então, a cargo do secretário de estado, ele pode fazer todos os convênios pela secretaria de estado, porém, com a retirada permite-se que também as secretarias regionais possam ser ouvidas e formalizar o convênio, então não muda em nada esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - A título de esclarecimento, o § 3º do art. 4º estabelece que:

(Passa a ler.)

"A aplicação dos recursos do INVESTSAÚDE não estará sujeita ao disposto no art. 79, da Lei Complementar n. 0381, de 7 de maio de 2007. E a Lei n. 0381 estabelece que os convênios serão realizados pelas secretarias de Desenvolvimento Regional".

Portanto, quem votar "sim" permanece com o texto original da lei, e quem votar "não" está dando condições para que as secretarias de Desenvolvimento Regional façam o convênio.

O Sr. Deputado Dalmo Claro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dalmo Claro.

O SR. DEPUTADO DALMO CLARO - Sr. presidente, srs. deputados, na comissão de Saúde, ontem, defendi que tivéssemos a manutenção do texto original, inclusive com o propósito de aplicar esses recursos em investimentos. E sem prejuízo, e aí e outra questão, na verdade não pudemos aprimorar um pouco, e já é fato vencido a questão do custeio, porque esse fundo, por exemplo, poderia receber no item 3º das origens, o próprio recurso de sobra da Assembleia Legislativa ao final do ano, este sim poderia ser aplicado em custeio.

Então, na verdade, não houve tempo para aprimorar talvez esse parágrafo dizendo que para o item 3º poder-se-ia aplicar no custeio. O fato de se excluir o § 2º também não mudaria isso.

Mas com relação ao § 3º, defendo que se retire esse parágrafo, porque essa discussão está prevista na discussão do Projeto de Lei n. 0260, encaminhado recentemente pelo Poder Executivo, que vai disciplinar, vai trazer discussão das atribuições das Agências de Desenvolvimento Regional em substituição as secretarias.

Então, colocar, manter esse parágrafo é antecipar uma discussão daquela Lei. Por isso, eu sugiro que votemos dois, não para tirar isso da discussão, porque isso vamos discutir posteriormente com o Projeto de Lei n. 0260.

Portanto, minha defesa é pelo voto dois, que não mexe em nada no espírito dessa lei.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck, para encaminhamento.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, na mesma linha e na mesma direção, o deputado Dalmo Claro foi feliz na sua colocação, porque está adentrando nesta Casa um projeto que altera as secretarias para agências. Portanto, novamente o encaminhamento é voto "sim", pelo texto original. Srs. deputados, sras. deputadas este é o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Solicito aos srs. deputados e sras. deputadas para que exerçam o seu direito de voto.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Peço a palavra, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, gostaria de orientar a bancada do PSD e pedir o apoio das demais bancadas para o voto "sim", pela manutenção do texto original da lei. Voto "sim", sr. presidente!

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Peço a palavra para encaminhamento, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, tudo o que eu votar daqui para frente, vou votar para diminuir a burocracia.

Esse modelo, repito, segue o mesmo sistema do Fundam, que todos os prefeitos agilizaram e hoje estão fazendo obras. Eu vi o estado e hospitais perder dinheiro porque esperaram uma reunião do Conselho, depois a secretaria demorou, o papel acaba se perdendo no meio da burocracia e acabamos prejudicando.

Então, para que esses recursos possam ter um fluxo mais rápido, menos burocrático, recomendo que seja feito do mesmo modelo do Fundam, que vai ser direto no BRDE, e as pessoas vão poder licitar e se beneficiar o mais rapidamente possível.

Por isso, a nossa bancada, o nosso bloco vota "sim".

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - Peço a palavra, para encaminhamento, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento o deputado Dr. Vicente Caropreso, para encaminhamento

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Sr. presidente, o PSDB vota "sim". Manutenção do texto original.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Voto "sim" mantém o texto da forma original e o voto "não" suprime o § 3º do art. 4º.

(Procede-se a votação no painel eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	
DEPUTADO MANOEL MOTA	

DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MARIO MARCONDES	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NÍKOLAS REIS	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	sim
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Encerrada a votação.

Votaram 34 srs. deputados.

O excelentíssimo sr. presidente, deputado Aldo Schneider acatou a manifestação do deputado José Milton Scheffer votando a favor fora do sistema eletrônico de votação, sendo assim, totalizam 26 votos "sim" e nove votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0169/2015, de origem governamental, que institui o Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde (INVESTSAÚDE) e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas modificativas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, o ex-governador Luiz Henrique da Silveira criou as secretarias para quê? Para desburocratizar. O dinheiro tem que ir direto às

secretarias para desburocratizar, para ser licitado lá. Agora, é claro, se criarmos duas instâncias, primeiramente centraliza, depois, leva pra lá. Aí você burocratiza.

Então, a ideia de secretarias regionais, como me parece que está colocado aqui, são para burocratizar. Não! As secretarias regionais foram criadas para desburocratizar: manda o dinheiro, eles licitam e executam. Desburocratiza! Agora, parece-me um equívoco essa ideia.

Eu estou falando do projeto que trata desse assunto, desse recurso do fundo de investimento que quer tirar as prerrogativas das secretarias regionais de aplicar os recursos de executar, de licitar.

Então, você não desburocratiza com a ideia de centralizar, você burocratiza, porque os prefeitos terão que vir aqui e outras coisas mais.

No projeto em si, agora, vou votar "sim".

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Eu queria apenas reforçar um pouco até o nosso voto e aquilo que o deputado Fernando Coruja acabou de falar. Realmente as secretarias regionais foram criadas para descentralizar, para ter força. Porém, o atual governo retirou as forças das secretarias regionais. E nós, da Oposição, estamos aqui como mariscos entre as rochas e as ondas, estamos no meio do tiroteio, porque nós da Oposição votamos para o governo ganhar, para governo derrotar o governo.

Porque a Oposição quer uma coisa, a Situação quer uma coisa, e a outra Situação quer outra coisa.

Então, não estamos entendendo. Nós queremos as secretarias regionais fortalecidas, mas o governo está enfraquecendo as secretarias regionais.

Então, nós da Oposição votamos para ao governo vencer o governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Comunico aos srs. deputados que está em votação o projeto.

Quem for favorável permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Comunico aos srs. deputados e as sras. deputadas que a sessão está prorrogada por mais uma hora, conforme preceito regimental.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0101/2015, de procedência governamental, que dispõe sobre a fusão da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC - com a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN -, cria a Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina - ARESC - e estabelece outras providências.

Mas antes quero comunicar ao Plenário que indefiro as emendas modificativas apresentadas pelo deputado Dirceu Dresch, conforme preconiza o art. 191: "As emendas só poderão ser apresentadas quando a proposição estiver em exame nas comissões ou na Ordem do dia no primeiro turno durante a discussão."

Como houve um acordo de líderes de que votaríamos hoje este projeto, eu indefiro essas emendas modificativas, amparado no art. 191 do Regimento Interno.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas aditivas e modificativas.

Em discussão.

(Pausa)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, nós nunca passamos por um momento igual a este. Eu

sempre tive a condição de apresentar emenda, e eu não tenho lembrança se foi mudado o Regimento desta Casa, quando o projeto está tramitando em Casa. Agora, a questão do acordo de líderes, se foi feito esse acordo, em termos regimentais, sr. presidente, já fiz muitas emendas em plenário, e o nosso Regimento Interno permite.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Hoje é o dia das mulheres aqui, já falaram anteriormente que as mulheres só valorizam os homens no dia 5 do mês, depois dessa já espero tudo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Olha a deferência em relação à querida deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Ok, parabéns! Mas quero só dizer que hoje é o dia das mulheres aqui, não é?

Então, apenas quero relembrar que no acordo de líderes fizemos sobre a pauta que iria para votação hoje, nós não discutimos, a não ser quando eu não estava na reunião dos líderes, o impedimento de debater emendas em Plenário.

Gostaria que o presidente, inclusive, se manifestasse sobre isso.

O Sr. Deputado Gelson Merisio - Sr. presidente, pela ordem, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. presidente desta Casa Gelson Merisio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Para ficar muito claro, conforme tradição da Casa, sempre cumprimos os acordos firmados da Casa. Nunca houve nenhum descumprimento desses acordos.

O que foi tratado pelos srs. líderes foram as matérias que nós votaríamos antes do final do recesso. Não foi que não se apresentaria emenda de plenário, só que se nós apresentarmos e aceitarmos uma emenda de plenário, nós não votaremos hoje a matéria, o que é uma quebra de acordo.

Agora, se houver tempo para suspender a sessão, apreciar na CCJ e votar a matéria hoje, não há objeção. O que não pode é não votarmos a matéria hoje, porque aí estaremos quebrando o acordo firmado, que isso fique muito claro.

Então, foi tratado que essas matérias seriam votadas hoje. Votadas pressupõe, pelo acordo de líderes, deputado Dirceu Dresch, v.exa. que está sempre se socorrendo ao Regimento. Agora, prazos nesta Casa só são alterados, assim como as medidas do Regimento, com acordo unânime dos líderes, que foi o que ocorreu quando nós definimos que votaríamos a matéria hoje.

A hipótese de recebermos a emenda do deputado Dirceu Dresch, sem quebrar o acordo, teria que a CCJ ainda hoje se manifestar, depende da comissão. Caso contrário, não tem como prosperar porque, de outra forma, não estaríamos cumprindo o acordo firmado de votarmos a matéria no dia de hoje, antes do fim do recesso.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) -

Obviamente, quem coordenou todo o trabalho com os srs. líderes foi o deputado Gelson Merisio. Que bom que ele está em Plenário para esclarecer tudo que foi combinado.

Então, estou aqui gerenciando este momento exatamente por aquilo que foi acordado. Agora, não é uma decisão pessoal de quebra de Regimento, em absoluto. Eu sou uma pessoa mais democrática possível. Se for o entendimento da comissão de Constituição Justiça analisar a matéria, para mim não há problema algum.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Sr. presidente, pela ordem, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, só para esclarecer o que o presidente acaba de colocar que consta no parágrafo único do art. 191. Quer dizer, na hipótese da emenda apresentada em plenário, a matéria volta para a

comissão de Constituição e Justiça e daí, neste caso, estaríamos quebrando o acordo de líderes.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Sr. presidente, pela ordem, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, queria justamente esclarecer isso, porque conforme o art. 191 as emendas só poderão ser apresentadas quando as proposições estiverem em exame nas comissões ou na Ordem do Dia no primeiro turno durante a sua discussão.

Então, temos esse direito constitucional. Agora, consulto minha líder e, caso tenha sido feito algum acordo, retiro a minha emenda; senão, estamos aqui para trabalhar. Podemos suspender a sessão e nos reunir na comissão de Constituição e Justiça. Isso se passar as emendas, mas se forem rejeitadas não há necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Perfeitamente!

O sr. Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Eu acho que pode fazer, para contemplar as duas coisas, um novo acordo. Se o acordo assim permite, aceitamos as emendas sem passar na comissão de Constituição e Justiça, e votamos em seguida. É um acordo da mesma forma.

Da mesma forma, se o acordo pode ser feito para permitir que não votem as emendas, não aceitem as emendas, e o Regimento diz que tem que aceitar, você pode fazer um acordo para as emendas serem aceitas aqui e serem votadas diretamente em Plenário sem passar na comissão de Constituição e Justiça. É uma espécie de acordo também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - A única forma, deputado Fernando Coruja, de nós votarmos, é reunir a comissão de Constituição e Justiça. Essa é a única forma de nós votarmos as

emendas. Fora disso, prevalece o acordo de líderes.

O sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, serei bastante breve. Participei da reunião com o presidente e os demais líderes, e nós fizemos um acordo de que votaríamos as matérias que pautamos para o dia de hoje.

Portanto, não há porque nós quebrarmos este acordo, recomeçar um novo e isso resultar na não apreciação da matéria. Nós combinamos, ou seja, acordamos a votação desse projeto de lei. Portanto, quero aqui dar o meu testemunho de que nós temos que votar, respeitando, evidentemente, as emendas apresentadas pelo deputado Dirceu Dresch, mas elas não podem ser apreciadas exatamente pelo acordo que nós fizemos para poder votar este projeto que está aqui na Casa há quatro, cinco meses e o prazo de votação é no dia de hoje.

Era isso sr. presidente!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, por que v.exa. não faz uma consulta aos líderes sobre este caso?

Até porque este projeto, sr. presidente, ele foi analisado na CCJ hoje de manhã, e na comissão de Finanças e Tributação, rapidamente. Não houve prazo para discutir. Apenas um dia!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Eu, de qualquer forma, estou presidindo de forma interina.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Quero até agradecer essa sua gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Eu entendo que é um projeto importante para Santa

Catarina, foi feita uma conversa com os líderes, e nós temos que seguir a votação, deputada Ana Paula Lima.

Eu até posso consultar os líderes, sem problema nenhum. Mas se não tiver unanimidade, nós estamos quebrando o Regimento, da mesma forma. Então, não existe...

O líder do governo já não aceita! E nós temos destaques aqui para discutir ainda.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Eu acredito que por ser um projeto importante para o estado de Santa Catarina é que ele precisa ser muito bem discutido para não haver dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Mas, de qualquer forma, houve uma discussão de líderes onde houve a concordância de que este projeto seria votado hoje.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sim, nós discutimos, pontualmente, projeto por projeto que estaria em pauta hoje. Certo?

Em nenhum momento se discutiu que isto era impeditivo para não apresentar emendas novas em Plenário! Em nenhum momento foi discutido isso, até porque eu não aceitaria. Nós só discutimos quais os projetos que estariam na pauta. Eu, inclusive, estava do lado do presidente quando nós tratamos disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Eu gostaria que os líderes das bancadas se manifestassem. Até porque aqui é uma Casa democrática. Como não está havendo entendimento na discussão que os líderes se manifestem.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Eu proponho, em cinco minutos, uma reunião com os líderes, para discutirmos, então, a tramitação. Pode ser a suspensão por cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Não tem necessidade de suspender.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Eu também participei em parte da reunião, e claro, sem direito a voto porque não sou o líder. Mas eu entendo que quando se acordou que tais e tais projetos, independentemente do seu regime de tramitação nesta Casa, viessem a Plenário, tendo esses projetos tramitado ou não nas respectivas comissões, e sempre se deixou claro que independentemente de tramitar ou não na comissão o presidente busca o projeto para o Plenário, entendo, sr. presidente, salvo melhor juízo, de que ao se tomar essa decisão pelo colégio de líderes, todos os projetos de leis relacionados para virem a Plenário deixaram de ter tramitação ordinária, deixaram de ter tramitação em regime de urgência e passaram a ser tramitação de regime de prioridade. Vou explicar o porquê.

Sr. presidente, o art. 214, do nosso Regimento Interno, estabelece o seguinte: "As proposições podem tramitar, além de ordinariamente, em regime de urgência e regime de prioridade."

O art. 215 trata de regime de urgência e o art. 216 específica fim de prazo.

Mas o art. 217, sr. presidente, que trata do regime de prioridade, estabelece o seguinte: "A prioridade se verifica quando a Assembleia, para apreciação de determinada proposição, dispensa exigências, interstícios e formalidade regimentais próprias do regime ordinário."

Ora, sr., presidente, está implícito que ao tomar essa decisão de relacionar os projetos que virão a Plenário, ele se transformou em regime de prioridade. E ainda diz o nosso estatuto que quando o projeto de lei tramita em regime de prioridade é proibida a emenda de plenário.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, primeiro quero dizer que não concordo com a visão do deputado Marcos Vieira, pois o parlamentar aqui, dentro do Regimento, no art. 191, tem o direito de apresentar emenda no plenário. Eu entendo que as emendas são extremamente importantes. O projeto está aqui desde abril, mas eu não tenho obrigação, como deputado, de acompanhar os projetos que tramitam nas demais comissões. Vou explicar. Quando eu participo de uma comissão, como, por exemplo, a de Finanças e Tributação, onde recebi esse projeto hoje pela manhã, também foram feitas propostas de emendas na comissão de Constituição e Justiça, e parece que não foram aprovadas. Então, não tenho essa obrigação.

Fui líder da minha bancada por três vezes aqui nesta Casa e entendo serem importantes os acordos que são construídos. Eu retiro as minhas emendas apesar de entender que poderíamos suspender a sessão, se aprovada a apreciação das mesmas, por alguns minutos e reunir a comissão de Constituição e Justiça - já fizemos isso muitas vezes -, mas percebo aqui que essa condição não está colocada. Então, retiro minhas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Eu gostaria aqui, na condição de presidente em exercício, agradecer a compreensão por parte do deputado Dirceu Dresch, até para que possamos avançar no tema.

Agora vamos apreciar os destaques da deputada Luciane Carminatti.

Em discussão.

Eu consulto a deputada Luciane Carminatti, que está propondo quatro emendas, se podemos discutilas em bloco. Sim?

Então, com a palavra, a sra. deputada Luciane Carminatti, por até cinco minutos.

A SR. DEPUTADA LUCIANE CARMIANTTI - A primeira emenda que eu quero apresentar é supressiva ao art. 14, que tem como objetivo retirar o chamado

jetom dos conselheiros. Nós estamos todos aqui preocupados com o caixa do estado, com a crise financeira que assola os municípios e estados brasileiros e entendo que os conselhos não podem ser formados a partir do critério de remuneração.

Então, a minha proposta é que esses conselheiros não tenham remuneração na agência reguladora.

A segunda emenda é que altera a redação do PL n. 0101, que passa a garantir que a diretoria técnica seja composta por quadros técnicos. Seria muito óbvio isso, uma diretoria técnica, mas que esses cargos comissionados da diretoria técnica fossem quadros técnicos da própria agência.

A terceira emenda modificativa garante uma lei que aprovamos em Santa Catarina, a chamada Ficha Limpa para os cargos de confiança. Nessa emenda modificativa destacamos que, além do conhecimento técnico compatível, é necessário que se tenha uma reputação ilibada, ou seja, o cumprimento da Lei da Ficha Limpa para esses cargos.

Por último, houve a proposta da Fecam no sentido de que, ao invés de um membro participando, possamos a ter três membros, passando o atual Conselho a ter de nove para 11 membros, e garantindo que três municípios passem a ter assento no Conselho da Agência Reguladora.

Essas quatro emendas reguladoras têm como objetivo garantir uma agência reguladora eficiente, eficaz, ágil, técnica e enxuta, porque precisamos garantir um volume maior na prestação de serviços e na qualificação técnica. Por isso quero pedir o apoio dos deputados para a aprovação dessas emendas e agradecer ao deputado João Amin que foi relator das emendas na comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Valdir Cobalchini, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente, fui relator dessa matéria e as emendas, com todo respeito à deputada Luciane Carminatti, foram apresentadas na comissão de Constituição e Justiça e rejeitadas. Se rejeitamos foi porque o Projeto de Lei tem como parâmetro já a legislação nacional em relação às agências nacionais, à ANTT, à Anac e assim por diante. E os diretores são sabatinados pelo Congresso Nacional e escolhidos pela Presidência da República. O mesmo segue aqui. O conselho lá é remunerado, como aqui. A Fecam, após diligência, a pedido da Casa Civil, sugeriu que fizéssemos uma emenda acrescentando mais dois conselheiros. Não fizemos a emenda por vício de iniciativa, entendendo que isso geraria despesa.

Muito embora a deputada Luciane Carminatti apresente uma emenda dizendo que todos os conselheiros não teriam remuneração, eu entendo que vamos ferir a própria Legislação nacional que cria essas agências de controle, como é o caso da Aresc que está sendo criada com a fusão de duas agências. Quanto ao mérito da proposta, quero dizer que há o enxugamento, a extinção de cargos. Não se acrescentar nenhum cargo, os mandatos estão garantidos aos futuros ocupantes de quatro anos para os diretores, com uma recondução, exatamente como é hoje na Agesc. E os membros do Conselho, exatamente como funciona hoje, terão mandato de dois anos com uma recondução.

Portanto, por um dever de coerência, acrescentamos duas emendas que foram aprovadas, não apenas na comissão de Constituição e Justiça, mas também em outras comissões, para que fosse permitido à Casan o convênio com o Poder concedente, até porque entre entes públicos pode-se fazer o convênio e a execução de obras. Então, isso foi aprovado pela comissão de Constituição e Justiça com a concordância do governo do estado. E acredito que também tenha havido a aprovação dessas duas emendas nas outras comissões.

Era isso, sr. presidente, portanto o nosso encaminhamento, com a devida vênia.

Deputado Gean Loureiro, que é o vice-líder da nossa bancada, encaminho voto um.

O Sr. Deputado João Amin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Amin, para declaração de voto.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Muito obrigado, sr. presidente. Quero cumprimentar os srs. deputados, as sras. deputadas.

Fui mencionado pela deputada Luciane Carminatti e faço questão de vir aqui para fazer alguns esclarecimentos.

Primeiramente, gostaria de parabenizar o governo do estado que, mesmo timidamente, busca o enxugamento na fusão de dois órgãos importantes para o estado de Santa Catarina.

E, também, por consequência, o segundo motivo que me traz aqui é para agradecer a deputada Luciane Carminatti pela confiança de na CCJ relatar esse projeto com as suas emendas, colocar as suas emendas, defender as suas emendas, o seu pedido de vista na referida comissão. E quero dizer que, realmente, naquele momento em que analisávamos a constitucionalidade de suas emendas eu fui a favor, e também, no Plenário, onde nós vamos analisar o mérito das emendas, já me adianto que sou a favor das quatro emendas da deputada Luciane Carminatti.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Pergunto à eminente deputada Luciane Carminatti se nós podemos proceder à votação em bloco?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Eu gostaria que fosse votado em separado cada uma das emendas, sr. presidente.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento, o deputado Silvio Dreveck.

E, obviamente, vamos votar no painel.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas. Em primeiro lugar quero enaltecer a iniciativa do governo do estado de fazer essa fusão das agências, buscando com isso, como disse aqui o relator, deputado Valdir Cobalchini, reduzir o tamanho da despesa de custeio, até por conta de pessoal, mas ao mesmo tempo, tornando as duas agências uma apenas mais eficiente, dando mais celeridade, que é o que na verdade nós esperamos dos serviços prestados pelas agências. E, ao mesmo tempo, tornando-a mais autossuficientes, inclusive com retorno. Eu respeito a posição do deputado João Amin no que diz respeito às emendas, mas quero crer que ele votará a favor do projeto e não contra, até porque assim ele entende e assim defendeu.

Portanto, deputado Valdir Cobalchini, v.exa. que relatou e que já fez uma avaliação dessas emendas, com todo respeito, mas elas foram rejeitadas na comissão de Constituição e Justiça, portanto, o nosso encaminhamento, o encaminhamento do governo é voto "sim", voto um, é pelo projeto original de acordo com o relator.

E o voto será nominal, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Eu gostaria de solicitar aos srs. deputados se pode ser não nominal a votação, quem for favorável permaneça como está e quem for contrário se manifeste? Até para ganharmos tempo?

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Nós já encerramos a discussão eminente deputado Serafim Venzon.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon, em respeito aos mandatos de v.exa., um minuto.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado!

É que um dos destaques da deputada Luciane Carminatti, um deles, é justamente relativo à questão da Ficha Limpa. Nós já votamos em outra

situação de que todos os cargos públicos não podem ser ocupados por alguém que não é Ficha Limpa.

Por outro lado, fica difícil de votar contra essa emenda que a deputada Luciane Carminatti. Ou ela retira ou eu preferiria votar a favor do destaque dela com relação à questão da Ficha Limpa, ou ao menos ela retirasse. Os outros três eu quero discutir ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ora, se nós já temos uma lei que prevê que todos os cargos de confiança do governo do estado de Santa Catarina tem que estar amparado na questão da Ficha Limpa, obviamente essa emenda se torna inócua, até porque existe uma lei que fala isso.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA CARMINATTI - Nós temos uma Constituição Federal que a Estadual também referenda vários aspectos da Constituição Federal.

E se já tem uma lei, qual é o problema de votar a favor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Mas, de qualquer forma, vamos votar.

Em votação, em destaque, o art. 13.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Espere sr. presidente, vamos fazer o esclarecimento. Qual é o art. 13? É o que garante dois membros ao invés de um na Fecam? É uma solicitação da Federação Catarinense dos Municípios que ao invés de ser um município membro do conselho sejam três. Certo?

É isso que nós estaremos votando a favor da proposta da Fecam ou contra a proposta da Fecam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) -

Em votação a emenda da deputada Luciane Carminatti.

Os srs. deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Quem for favorável a que, sr. presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - À emenda que modifica para dois o número de representantes de entidades de defesa do consumidor. A Fecam que propôs.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Nós já votamos contra essas emendas na comissão de Constituição e Justiça e oriento voto contra.

O deputado Serafim Venzon levantou a questão da Ficha Limpa. Já existe uma lei estadual, mas no texto da lei, no texto desse projeto também fala, deputado Fernando Coruja, da conduta ilibada. Já está no texto. Já está contemplado. E já existe uma lei que todo o servidor comissionado...

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Essa lei só cabe para o Poder Executivo e não para as agências reguladoras. Podem conferir isso.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Mas existe no texto da lei a conduta ilibada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Bom, de qualquer forma nós vamos ficar aqui discutindo, discutindo e discutindo.

Está em votação.

E os deputados que forem contra manifestem-se.

(Pausa)

Rejeitada a emenda.

Discussão e votação do art. 14, da deputada Luciane Carminatti.

Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - O art. 14 é uma emenda supressiva que garante retirar o jetom dos conselheiros da agência reguladora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Da mesma forma.

Em votação.

Os srs. deputados que forem contra manifestem-se.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Quem for contrário é a favor do texto original, sr. presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Isto!

(Pausa)

Rejeitada a emenda por maioria.

Discussão e votação da emenda modificativa do § 1º do art. 13º do Projeto de Lei n. 0101.

Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti para a sua defesa.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - É uma emenda modificativa ao texto original garante que os conselheiros, além de formação em nível superior, conhecimento técnico compatível com o exercício das funções e com reputação ilibada. A chamada em tese Ficha Limpa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider)- Em votação.

Quem for favorável fique como está e os deputados que forem contrários manifestem-se.

(Pausa)

Rejeitada a emenda por maioria.

Discussão e votação de outra emenda modificativa, também da deputada.

Com a palavra a deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Essa emenda garante que a diretoria, prestem atenção, apenas a diretoria técnica seja composta de cargos de confiança técnicos do quadro funcional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Em votação.

Os srs. deputados que forem contra manifestem-se.

(Pausa)

Rejeitada a emenda por maioria.

Agora vamos discutir as emendas do deputado Fernando Coruja.

Convido o deputado Fernando Coruja para fazer a sua defesa, a sua manifestação por um período de cinco minutos.

Consulto v.exa. se podemos votar em conjunto a sua defesa e votação ou prefere em separado?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Nós estamos tratando aqui de dois destaques e mais um projeto. Se fosse discutir em separado acabaria tendo cinco minutos para cada um. Eu peço um pouco mais do que cinco minutos.

Os dois destaques que eu faço são apenas do conselho construtivo da agência, porque o conselho construtivo tem vários membros.

O inciso I refere-se ao presidente, depois ao representante do município, das entidades.

O inciso IV estabelece o seguinte: "Até três representantes de usuários de serviços públicos."

Eu acho que um conselho não pode ser até três representantes, um conselho tem que ser composto de três representantes, de usuários, portanto, a palavra até não serve para conselhos que têm um poder deliberativo enorme. Eu não posso deixar na mão de quem nomeia que diga e que pode nomear um, dois ou três, é preciso ter os três representantes como está colocado em qualquer conselho das Agências Reguladoras Nacionais.

Da mesma forma, o inciso V estabelece: "Até três representantes de prestadores de serviços públicos concedidos." Eu apenas peço que se tire a palavra "até" para que fiquem três representantes, e não até três representantes. São dois destaques simples que no meu entendimento deixa o texto mais claro. E eu quero debater o projeto em si.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Deputado Fernando Coruja, me permita uma intervenção, por favor. Ficou clara a alteração que v.exa. está propondo. Ficou claro o seguinte: O projeto diz até três representantes, e a emenda que está sendo proposta é sejam três representantes. Isto está claro para todos, porque se não estaremos discutindo este mesmo assunto. Então, deputado Fernando Coruja, desculpe a interrupção, mas apenas para deixar claro as alterações que o sr. deputado Fernando Coruja está propondo, que se defina três representantes e esta é a discussão das emendas. Agora, por favor, deputado continue a discussão sobre o projeto.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - O projeto visa fundir duas agências reguladoras para criar apenas uma agência, que tem a argumentação levantada de economicidade e agilidade. Não vou entrar nestes dois temas. A economicidade é discutível, é uma economia de como se apagar uma lâmpada para não pagar conta de luz; e a agilidade podemos discutir, mas de vez em quando uma agência deve ser transformada em duas para ser mais ágil, juntar duas em uma também para ser mais ágil, e aí não sei se é o caso.

O deputado Valdir Cobalchini, que é presidente do nosso partido, fez um belo relatório e atacou questões importantes. E eu concordo com ele, por

exemplo, na questão da lei complementar. Por quê? Porque as originárias eram por lei complementar, mas há decisão do Supremo Tribunal Federal que se pode modificar leis complementares por leis ordinárias se o objeto inicial, a lei inicial que votou como lei complementar não era necessariamente lei complementar. Também atacou a questão da hierarquia, tendo em vista que não há hierarquia entre lei complementar e lei ordinária, enfim, fez um belo relatório em várias questões.

O deputado Valdir Cobalchini é meu amigo, mas eu vou colocar agora a conjunção mas, que sempre usamos para discordar de uma coisa, que nesse caso serve para discordar do que diz respeito à extinção dos mandatos.

Aqui se extingue os mandatos dos diretores anteriores, através de uma lei, e o que diz primeiro a única Lei Nacional que trata do assunto, que é a Lei n. 9.986, já que não existe uma lei genérica sobre as agências no Brasil, porque não foi aprovada no Congresso Nacional. Mas esta lei dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências e estabelece o seguinte:

(Passa a ler.)

"Art. 9º, da Lei n. 9986: Os conselheiros e diretores somente perderão mandato no caso de renúncia, e não é o caso; de condenação judicial transitada em julgado, não é o caso; ou de processo administrativo disciplinar, que também não é o caso. A lei de criação da agência poderá prever outras condições para perda do mandato".

A lei que cria essas agências estabelece no seu art. n. 10º, § 2º o seguinte:

(Continua lendo.)

"Os diretores somente perderão o mandato em decorrência da renúncia, da condenação judicial transitada em julgado, que determina a perda do cargo público, ou da decisão definitiva em processo administrativo disciplinar".

Portanto, a própria lei nova assegura a mesma questão. A lei que tratava da Agesan estabelecia o seguinte:

(Continua lendo.)

"Que os diretores das agências reguladoras somente perderiam o mandato em decorrência da renúncia, da condenação criminal transitado e julgado, da decisão definitiva em processo administrativo ou descumprimento injustificado de acordo dos resultados da autarquia".

Então, a pergunta é: Nós podemos extinguir o mandato por outra lei? Vem uma lei nova extingue as leis anteriores, extingue o mandato?

Ora, se pudermos fazer isso, nós podemos extinguir o mandato a qualquer instante. Damos o mandato para este, semana que vem mudamos o nome, alteramos a agência, introduzimos outra questão e podemos alterar o mandato. Ora o mandato, salvo melhor juízo, não pode ser extinto por uma forma não contemplada na lei.

O deputado Valdir Cobalchini, coloca no seu relatório, para justificar esta extinção, que esta lista é exemplificativa. Ora, no direito nós temos a chamada lista exemplificativa, chama *numerus apertus*, tem lá dez coisas, mas pode contemplar vinte; e tem o que se chamamos de *numerus clausus*, números fechados, só valem naquelas condições.

Parece-me, deputado Valdir Cobalchini, por isso digo mas, para me permitir discordar do presidente do meu partido, neste caso específico, que este é um caso típico de *numerus clausus*, está especificado quando é que você pode extinguir o mandato, e não é o caso de um outro projeto de lei, porque se outro projeto de lei assim puder fazê-lo, você veja a prerrogativa do Executivo e do Legislativo em extinguir determinados projetos, é a mesma coisa que dissesse o seguinte, por exemplo, vou pegar uma situação: Ah, mas a agência foi extinta, então não existe mais o cargo, não há mais o mandato. Então, se nós pegássemos os servidores públicos que estão aqui, os estatutários, e extinguírmos os cargos deles, então, eles estão exonerados porque não há mais o cargo. Não poderia, porque ele só tem um cargo.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Deputado Fernando Coruja, só estou fazendo um comparativo. Agradeço o aparte, mas o seu comparativo ele não é convergência, porque o concursado ele tem, evidentemente, o direito do concurso que ele fez, por lei. O nomeado foi nomeado. Portanto, se o cargo deixa de existir, no meu modo de ver, não existe mais o cargo e ele não era concursado, ele foi nomeado, é diferente. Só para fazer essa observação, deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Eu agradeço o aparte e lembro que no caso das agências o sujeito não é nomeado, porque o nomeado num cargo comissionado de livre nomeação pelo presidente, não é um ato administrativo simples, ele é nomeado mas há uma prerrogativa anterior, ele tem que ser aprovado aqui na Assembleia. São situações diferentes.

Então, entendo que é um caso diferente, não é um cargo comissionado, porque aí pode ser demitido a qualquer instante. Aqui o sujeito é de um cargo em que ele é nomeado em função de uma votação.

Por isso, nesse caso específico, eu quero chamar a atenção de que eu não concordo com a tese de extinção dos mandatos.

Em relação à fusão das agências é uma prerrogativa do governo, eu acho que um governo que se elege, que tem a maioria dos votos, tem que exercitar o seu plano de governo. Não estou aqui para dizer que não deva exercitar o plano "a" ou o plano "b".

Mas entendo que mesmo o governo tem necessidade de cumprir a Constituição da República, a Constituição do Estado e as leis deste país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Deputado Valdir Cobalchini, v.exa. gostaria de fazer alguma manifestação sobre este assunto e depois o deputado Silvio Dreveck, para o encaminhamento e votarmos?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente, discordando do deputado Fernando

Coruja, eu me arrisco a discordar do deputado Fernando Coruja, nesse sentido.

Como relator tenho a obrigação de ter estudado muito bem a matéria. Este não é um mandato eletivo, ele não está preso a uma Assembleia, a uma câmara de vereadores, a uma prefeitura ou ao Congresso Nacional, é um mandato decorrente de uma lei que criou um órgão, uma vez revogada essa lei, extinguiu-se esse órgão. Obviamente, que aquele que está preso ao órgão não havendo mais o vínculo perdeu, sim, o seu mandato.

Nós fomos consultar, inclusive a jurisprudência em torno deste assunto, deputado Fernando Coruja, é difícil tem uma única jurisprudência de um órgão que foi extinto. Não se extingue uma prefeitura.

Então, aquele que é concursado da prefeitura ou de um órgão público, seja câmara de vereadores, pode ser cassado o prefeito ou o vereador, mas o servidor que é efetivo não perde o direito.

Aqui trago o seguinte: "No ordenamento jurídico não há precedente a respeito do tema. Consultada a jurisprudência, verificou-se no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro decisão a respeito da impossibilidade de remuneração a conselheiro do Conselho Estadual de Cultura, extinto por lei sob o fundamento de que não havia direito adquirido a conselheiros a perceber a remuneração após a extinção do órgão."

Então, após a extinção do órgão não há a continuidade do cargo uma vez que foi criado em decorrência de uma lei; extinta a lei, extinto o cargo.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, para encaminhamento, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, eu penso que o relator deste projeto teve um trabalho exaustivo, se aprofundou na matéria e, portanto, no que diz respeito ao número de representação usuária, por exemplo, acho que o governo e assim entendeu o

nosso relator deputado Valdir Cobalchini, também está trabalhando não só na direção, mas com o projeto visando à economia de despesa, ou seja, se o governo tem a liberdade de nomear um representante ou dois, poderá ser três desde que a lei permita até três.

Então, penso que é plausível se ele conseguir nomear menos que três, melhor para Santa Catarina, melhor para os cofres públicos. Dessa maneira entendi muito bem o relato do eminente deputado Valdir Cobalchini. No que diz respeito à extinção de cargos o relator também deu ampla explanação.

Então, o nosso encaminhamento, sr. presidente, é pela rejeição dos requerimentos, transformados em emendas, e pelo projeto original, de acordo com o eminente deputado e relator Valdir Cobalchini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Neste momento, iremos votar em bloco até porque fala sobre a mesma questão tanto o art. 4º como o art. 5º, o projeto original fala em até três, e a proposição do deputado Fernando Coruja é definir três.

Então, estou colocando em bloco a votação dos dois requerimentos.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam o texto original permaneçam como se encontram e os que forem contrários, que quer que sejam três, manifestem-se.

Estamos votando a emenda do deputado Fernando Coruja.

Aprovado o texto original do projeto.

Neste momento vamos votar o Projeto n. 0101/2015.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram e os que forem contrários se manifestem.

Aprovado o Projeto 0101/2015, com a abstenção da deputada Luciane Carminatti.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, às 18h46, para darmos prosseguimento às matérias em segundo turno e redação final.

Está encerrada a sessão.